

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - e-mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

Editorial

## Marques Mendes propõe competitividade fiscal em alternativa à política PS



### Destaques:

Marques Mendes em Aveiro e na Póvoa do Lanhoso

Pag 2 e seguintes

Polémica sobre “tempos de Antena” e uma “artimanha” com  
“sabor” governamental

Interior

Carrilho “esquiva-se” a responsabilidades na CML

Locais

Actividades do Presidente

# Marques Mendes propõe competitividade fiscal em alternativa à política PS

O líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes, afirmou, sábado à noite que o país precisa de uma política económica diferente, porque a que é seguida pelo Governo “pode engordar o Estado, mas empobrece o país”.

Marques Mendes falava no jantar de posse da nova comissão política distrital de Aveiro do partido, presidida por António Topa.

Acusando o Governo do PS de ser “o campeão dos impostos”, Marques Mendes concluiu que por “...esta via, o País não converge com a União Europeia”, socorrendo-se do “insuspeito Banco de Portugal, que veio confirmar” que os portugueses se estão “a afastar” do crescimento dos outros países europeus.

“A Europa já começou a recuperar e Portugal não vai convergir, pelo menos durante quatro anos. Já fomos o 14º país, em termos de crescimento, com Cavaco Silva no governo, agora somos o 18º e em 2008 ocuparemos a vigésima posição”, disse.

Para Marques Mendes, “enquanto a propaganda oficial se afirma, Portugal atrasa-se”, pelo que defendeu outra política económica, salientando que o PSD tem a alternativa: apostar na competitividade fiscal para atrair investimento e nas pequenas e médias empresas, geradoras de riqueza e de emprego.

“O PSD propõe uma política diferente e alternativa, assente em dois pilares. Um deles é a prioridade às pequenas e médias empresas, porque as grandes empresas são importantes, mas as PME são

decisivas”, disse.

“O outro pilar consiste numa política fiscal competitiva. Se temos impostos altos não conseguimos atrair o investimento, pelo que o esforço prioritário é o de aliviar os impostos sobre as empresas primeiro, e depois sobre as pessoas”, acrescentou.

O líder do PSD criticou por isso “a política cega de aumento dos impostos do governo do PS, que tem agravado os impostos, o que ajuda a engordar o Estado, mas empobrece as pessoas e as empresas”.

Ilustrou com o imposto sobre os produtos petrolíferos, “que aumenta pela terceira vez, quando o petróleo está a baixar nos mercados internacionais, o que é sobretudo grave para as empresas, pelos custos dos transportes”.

No que respeita à vida interna do partido e à posse da nova distrital, eleita num sufrágio a que concorreram duas listas, Marques Mendes frisou que “o momento é de unidade e de iniciativa, porque os adversários estão no exterior do partido”.

Sobre o candidato vencedor, António Topa, tido como seu apoiante, disse tratar-se de “um histórico do partido, de grandes qualidades”, não deixando de enaltecer o trabalho do anterior líder distrital, Ribau Esteves.

## Marques Mendes acusa o Governo preparar novo imposto na saúde



O nosso Presidente, acusou, no passado dia 13, o Governo de “preparar um novo imposto de saúde”, depois de ter aumentado por três vezes os impostos sobre os combustíveis, penalizando os cidadãos e as empresas.

“Este Governo é o campeão dos impostos”, declarou, considerando que um novo imposto no sector da saúde vai prejudicar todos os portugueses e, em especial, os mais

pobres e desfavorecidos.

O dirigente social-democrata falava na Póvoa de Lanhoso, durante um almoço com 800 militantes que se seguiu à tomada de posse da nova Comissão Política Concelhia do partido, liderada por Armando Fernandes e Francisco Xavier.

No acto participaram, também, o secretário-geral, Miguel Macedo, o presidente da Distrital de Braga, Virgílio Costa, os presidentes das



Câmaras, da Póvoa de Lanhoso, Manuel Batista, de Vila Verde, José Manuel Fernandes, e de Celorico de Basto, assim como os deputados Fernando Pereira, Jorge Pereira, e Emídio Guerreiro.

Marques Mendes garantiu que o PSD tem conhecimento da existência de uma Comissão, nomeada pelo Governo, para estudar a criação de um imposto para a saúde, facto que classificou de “inaceitável e injusto” avisando que “tal imposto vai mexer num sector muito sensível para a vida dos portugueses”.

Referiu-se ao recente aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos, para acusar o Executivo socialista de o “aumentar escandalosamente”, prejudicando a vida das pessoas, já que provoca o aumento dos preços dos transportes, e de outros bens essenciais, ao fazer crescer os custos de produção.

“O preço do petróleo desce significativamente no mercado internacional mas as gasolinas continuam a aumentar em Portugal”, lamentou.

Disse que a política governamental tem afectado a qualidade de vida e o poder de compra dos portugueses, e lembrou que, no tempo dos Governos de Cavaco Silva, Portugal estava em 14.º entre os países mais ricos da Europa e agora baixou para 18.º.

“Os mais recentes relatórios europeus mostram que Portugal vai continuar a divergir dos outros países, crescendo menos que eles, pelo menos até 2009”, argumentou.

Acentuou que “por este caminho, em 2009, Portugal estará em 20.º lugar, descendo de divisão, entre os 27 países da União Europeia”, sublinhando que “as estatísticas só são importantes porque afectam a vida concreta das pessoas”.

Acusou o Governo de “querer iludir o país com actos de

propaganda”, e contrapôs que, se o PSD fosse Governo haveria políticas de apoio às PME's, que são decisivas para a criação de riqueza e de emprego, e os impostos seriam descidos”.

Referendo: Marques Mendes apela a confronto “desapaixonado e pedagógico”

Luís Marques Mendes, apelou a um “confronto desapaixonado” e a uma discussão pedagógica sobre o referendo à interrupção voluntária da gravidez, reiterando que o partido dá “total liberdade de voto” aos seus militantes.

“Ainda há muitos portugueses com dúvidas, há imensas dúvidas, mais dúvidas que certezas”, disse Luís Marques Mendes, em declarações aos jornalistas na Assembleia da República, a propósito do colóquio nacional que o PSD vai promover no dia 20, sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Assim, e para contribuir para o esclarecimento das “muitas dúvidas” que ainda existem em torno da despenalização do aborto, o PSD vai promover um colóquio nacional, que contará com a presença de médicos e juristas, defensores quer do “sim”, quer do “não”.

“Queremos esclarecer, informar, contribuir para que os portugueses façam a sua opção de forma mais esclarecida”, sublinhou Marques Mendes, apelando a um “debate moderado e sereno” e um “confronto desapaixonado” na discussão de uma matéria onde, por vezes, “há posições radicais”.

“É a primeira vez que um partido organiza uma conferência deste género”, acrescentou o líder do PSD.

Marques Mendes explicou, uma vez mais, que, tal como já aconteceu na primeira consulta popular sobre o aborto, o PSD dará “total liberdade de voto aos seus militantes”, porque entende que esta é “uma matéria da

consciência de cada cidadão, que deverá decidir livremente”.

“Mas um partido tem obrigações cívicas e de cidadania, por isso, vamos organizar a conferência nacional”, salientou Marques Mendes, que irá abrir o colóquio.

O líder do PSD reiterou também a sua oposição à alteração da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez, sublinhando, contudo, que esta é a sua “opinião pessoal”.

“Uma coisa é a posição do partido, outra é a minha opinião pessoal”, disse, acrescentando que, apesar de não ir participar na campanha do referendo e de não integrar qualquer movimento, não deixará de “expressar” a sua opinião.

“Ainda antes da campanha, vou escrever um artigo de opinião para, de forma mais fundamentada, explicar a minha posição, desenvolver o meu pensamento sobre

esta matéria”, adiantou.

O colóquio nacional promovido pelo PSD, no mesmo dia em que o PS também irá realizar uma conferência nacional sobre o mesmo tema, terá como oradores a deputada socialista Maria de Belém Roseira, defensora do “sim”, e o bastonário da Ordem dos Advogados, Rogério Alves, que, a título pessoal, já defendeu a manutenção da actual lei.

Neste encontro, que será a única iniciativa promovida pelos social-democratas no âmbito da campanha para o referendo sobre o aborto, participarão ainda o obstetra e defensor do “não” João Paulo Malta, a psiquiatra Margarida Neto, ambos da plataforma “Não Obrigada”, e o jurista Rui Pereira, que dirigiu a Unidade de Missão para a Reforma Penal e foi um defensor da suspensão dos procedimentos criminais para as mulheres que abortem, entre outros.

## Convite para o colóquio

**Luís Marques Mendes, Presidente do Partido Social Democrata, tem o prazer de convidar V/ Ex.ª, para um Colóquio Nacional sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, que terá lugar no próximo dia 20 de Janeiro, pelas 10h30, na Sala Almada Negreiros do Centro Cultural de Belém.**

### PROGRAMA

#### 10h30

Abertura pelo Dr. Luís Marques Mendes

1.º Painel - «por opção da mulher nas 10 primeiras semanas»

Dr. João Paulo Malta (Obstetra no Hospital Cuf Descobertas)

Dr.ª Margarida Cabral (Advogada)

Prof. Miguel Oliveira da Silva (Obstetra no Hospital Santa Maria)

Dr.ª Margarida Neto (Psiquiatra)

#### 12h30

Almoço (sala 4 – Vitorino Nemésio)

#### 14h30

Reinício do Colóquio

2.º Painel - «a despenalização»

Prof.ª Maria Lúcia Amaral (Professora de Direito da UNL)

Prof. Tiago Duarte (Professor de Direito da UNL)

Dr. Rui Pereira (Professor de Direito da UNL e da Universidade Lusitana)

Dr. Rogério Alves (Bastonário da Ordem dos Advogados)

#### 16h15

Coffee Break

#### 16h30

Reinício do Colóquio

3.º Painel - «em estabelecimento de saúde legalmente autorizado»

Dr.ª Maria de Belém Roseira (Jurista e Deputada)

Prof. José Manuel Silva (Presidente do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos).

Prof. Manuel Pedro Magalhães (Director Clínico e Presidente da Comissão Executiva do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa)

#### 17h45

Encerramento pela Dr.ª Laurinda Alves

**Para participar no colóquio, contacte-nos via telefone (213918594) ou fax (213968743) ou email (secretariageral@psd.pt).**

Actividades do PSD

# O Secretário-Geral, no Parlamento bate-se contra a modificação abusiva do horário nobre dos “Tempos de Antena”

No plenário da Assembleia da República, o Secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, levantou a voz contra a intempestiva e abusiva mudança do horário dos tempos de antena, que enquadrou nas sucessivas acções do Governo para a obtenção e exercício do Poder Absoluto! Disse Miguel Macedo:

O Governo não faz o que deve e faz o que não deve. Não faz o que deve porque é público e notório que o Governo não tem uma estratégia para fazer Portugal convergir economicamente com a Europa. Mas faz o que não deve. Tudo serve ao Governo para controlar o poder, para abusar do poder que tem, para tentar asfixiar as vozes diferentes e críticas do Governo, colocando em causa o equilíbrio e o pluralismo indispensável na sociedade Portuguesa.

É hoje manifesto que o grande objectivo nacional de fazer Portugal convergir com a Europa está comprometido, pelo menos até 2009.

Tal foi confirmado ontem mesmo pelo Banco de Portugal. Falemos claro – o que o Banco central disse, na prática, foi isto: Portugal vai estar, pelo menos até 2009, a crescer sempre menos que a Europa, a ter um crescimento medíocre.

Foi assim em 2005, foi assim em 2006, é assim em 2007, será ainda assim em 2008. Quatro anos seguidos de recuperação económica na Europa. Quatro anos seguidos de divergência de Portugal em relação à Europa. Quatro anos seguidos, pelo menos - 2005, 2006, 2007 e 2008 - em que o nível médio de vida de cada Português fica mais longe do nível médio de vida dos Europeus.

Quatro anos seguidos em que Portugal, na comparação com os seus parceiros Europeus, fica mais pobre, mais atrasado e menos competitivo.

Esta é, infelizmente, a verdade. Uma verdade que tem causas e consequências.

As causas estão, em grande medida, nas medidas fiscais deste Governo. Mais impostos, sempre mais impostos, asfixiam a economia e dão cabo da vida das empresas.

As consequências estão à vista de todos – não há investimento, as pessoas vivem hoje pior do que viviam, os salários baixam, as pensões não sobem, o desemprego continua um flagelo grave e é cada vez maior o número de jovens que tira um curso superior e não tem uma oportunidade



de emprego.

Isto não são estatísticas. São verdades duras que asfixiam a classe média e afectam fortemente o dia a dia dos Portugueses, em especial dos mais pobres e carenciados. Verdades que a propaganda do Governo tenta esconder.

É a propaganda do Governo que tenta esconder que o número de desempregados – já de si elevado – seria ainda muito maior se dezenas de milhares de Portugueses não tivessem sido obrigados a emigrar de Portugal no último ano.

É a propaganda do Governo que tenta esconder a tralha nunca vista de não conseguir colocar a tempo e horas mais de oitocentos médicos no serviço nacional de saúde.

É a propaganda do Governo que tenta esconder que esta semana, pela terceira vez em menos de dois anos, aumentaram os impostos sobre os combustíveis. Por isso, apesar da baixa do preço do petróleo nos mercados internacionais, os Portugueses, em vez de pagarem menos, pagam ainda mais caro pelos combustíveis de que necessitam.

É a propaganda do Governo que tenta esconder que muitas pequenas e médias empresas sentem cada vez mais dificuldades porque estão asfixiadas em taxas e impostos e que em muitas zonas de fronteira, a vida económica dos Portugueses faz-se cada vez mais em Espanha, à custa das empresas e da economia nacional.

Esta é a propaganda do Governo. Mas falemos claro. A verdade dos factos é outra e bem diferente. Portugal não cria riqueza. Portugal

atrasa-se. Portugal não converge com a Europa. Portugal está a perder terreno na tabela classificativa da Europa.

**«O que este Governo tem é um projecto de poder, de controlo de poder e de acumulação de mais poder...»**

E tudo isto por uma razão: este Governo não tem um projecto de mudança e de desenvolvimento de Portugal. O que este Governo tem é um projecto de poder, de controlo de poder e de acumulação de mais poder. Um projecto que chega a assumir contornos de autêntica vergonha nacional.

O que se passa, agora, na RTP, com os tempos de antena a que os Partidos e outras organizações têm direito para exprimirem as suas opiniões é uma completa vergonha. Uma manobra de baixa política absolutamente inqualificável.

Há anos que os tempos de antena são transmitidos imediatamente antes do telejornal das 20 horas. Agora, inopinadamente, de supetão, sem ouvir ninguém e sem dar qualquer explicação, a RTP quer passá-los para as 19 horas.

A consequência desta decisão é evidente: diminuir para metade, ou para menos de metade, a audiência dos tempos de antena. Na prática, penalizar os Partidos, diminuindo fortemente a sua capacidade de intervenção.

Esta decisão não é grave. É

gravíssima. É um ataque aos Partidos políticos da oposição e uma afronta ao pluralismo político em Portugal. É tentar abusivamente cercar a voz de quem, legitimamente, tem opiniões diferentes das do Governo.

É uma intenção comunicada pela RTP. Mas não é nem um acto de gestão nem uma decisão administrativa.

Uma decisão destas é política, tem significado político, tem consequências políticas e tem implicações políticas.

Por isso é ao Governo, que tutela a RTP, que têm que ser pedidas responsabilidades.

Porque das duas uma: ou o Governo não sabia desta decisão e tem agora de intervir para evitar esta vergonha ou então o Governo é conivente e co-responsável por esta decisão.

Em qualquer caso, o Governo não pode esconder-se atrás da RTP. Se não sabia, o Governo tem o dever de intervir, imediatamente. Até já o devia ter feito. Se nada faz e nada diz, então é ainda maior a responsabilidade do Governo. Porque quem cala consente e, nesta matéria, o consentimento é politicamente fatal.

O Governo não pode fazer de conta, não pode fingir que não é nada com ele, não pode esquivar-se às suas responsabilidades. O próprio Ministro dos Assuntos Parlamentares, que tutela a RTP e tem Gabinete neste Parlamento, já aqui deveria estar, para dar explicações.

Porque esta não é uma questão de senos, é uma questão política essencial. Porque tudo isto tem a ver com o pluralismo político no serviço público de televisão. Porque tudo isto respeita a uma das missões mais importantes do serviço público que está contratado com a RTP. Porque a RTP é paga por todos os Portugueses, não é uma coutada do Partido Socialista.

É tempo de dizer basta!

Ou o Governo intervém rapidamente para pôr fim a esta vergonha ou o PSD apresentará, já nos próximos dias, um Projecto de Lei para repor os tempos de antena no horário que sempre tiveram e que agora, ilegitimamente, se pretende alterar.

Esta não é uma questão partidária. É uma questão que tem a ver com a qualidade da nossa democracia.

O Governo tem de perceber que maioria absoluta não é poder absoluto. O País precisa de estabilidade mas também precisa de equilíbrio.

Esta é uma exigência incontornável da nossa democracia! - **Gab. Imp. GPPSD**

## Contra a OTA: uma petição defendida por Luís Rodrigues

No debate da Petição n.º 93/X/1.ª – Contra a decisão do Governo de construir um novo aeroporto na OTA - o deputado Luís Rodrigues afirmou, na sua intervenção:

A ausência do Governo neste debate demonstra a desconsideração do PS pelas iniciativas da sociedade civil.

No que respeita ao Governo desejo e espero, sinceramente, que deixe a arrogância e a soberberia no Ano Velho e que ouça a sociedade civil que, cada vez com mais força e mais empenho, se vem batendo contra o Novo Aeroporto de Lisboa, projecto megalómano do Primeiro Ministro.

Só um Governo autista, incompetente e incapaz do ponto de vista político e técnico é que decide avançar com uma decisão que vai hipotecar, ainda mais, o futuro das gerações vindouras de portugueses.

A construção do Novo Aeroporto de Lisboa não é sequer uma má solução. Esta decisão do Governo socialista é um enorme problema que querem deixar para outros resolverem.

O Partido Socialista já nos habituou a decisões que hipotecam (e de que maneira) o futuro, que por acaso é já



hoje, estou a falar das SCUT.

Lembram-se, era uma solução milagrosa.

Os portugueses tinham estradas de borla e estas gerariam tanta riqueza que seriam uma fonte inesgotável.

Agora o PS, sem pedir desculpa aos portugueses, vai, afinal, introduzir portagens nas estradas que eram uma mina de ouro. Essa mina não passou de uma miragem e tornou-se num filme de terror ainda sem solução concreta.

Já sei que o Ministro anunciou uma solução mas não a sua concretização.

O Novo Aeroporto de Lisboa é outro erro. O Novo Aeroporto de Lisboa é um embuste. O Novo Aeroporto de Lisboa é o hipotecar do País de forma irreversível.

Como é possível desperdiçar milhares de milhões de euros num investimento não reprodutivo?

Como é possível desperdiçar milhares de milhões de euros num investimento sem capacidade de ampliação?

Como é possível desperdiçar milhares de milhões de euros num investimento totalmente desarticulado, condicionando toda a rede de transportes a este erro técnico e a esta obsessão política?

Já se percebeu que o próprio Governo não sabe bem o que deve fazer. Até agora pouco ou nada de concreto executou nesta matéria.

A 22 de Novembro de 2005 a apresentação “power point” da decisão, contou com a presença de centenas de convidados, consultores, construtores e financiadores, bem como de grande parte do Governo e do Primeiro-

Ministro.

Este show mediático e de propaganda contrastou com a comemoração dessa data pelo Governo.

Após um ano, em 21 de Novembro passado, como não tinha nada de concreto para apresentar, o Governo organizou à pressa uma visita semi-clandestina do Secretário de Estado das Obras Públicas ao terreno, digo, ao pântano onde pretendem construir essa infraestrutura.

Parece que o próprio Governo já não acredita, tal como nas SCUT, nesta sua obsessão.

As alternativas não estão suficientemente estudadas, nem a decisão está devidamente sustentada.

Acredito que no Partido Socialista existem consciências sérias que estão contra este projecto megalómano. Acredito que muitos dos Deputados do Grupo Parlamentar Socialista gostariam de estar aqui a dizer-lo alto e bom som.

Sr. Primeiro-Ministro: os Portugueses exigem que desça do seu pedestal e ouça o povo. Pare este projecto.

Ninguém lho pediu e são cada vez menos os que nele acreditam. - **Gab. Imp. GP/PSD**

## Finanças Regionais: O Tribunal Constitucional considera constitucional a Lei do PS

O Tribunal Constitucional decidiu por maioria, pronunciar-se pela constitucionalidade da nova Lei das Finanças Regionais, cuja fiscalização preventiva havia sido pedida pelo PSD. O pedido de fiscalização preventiva da lei havia sido feito pelos sociais-democratas a 21 de Dezembro de 2006, alegando a existência de várias inconstitucionalidade na nova Lei das Finanças Regionais, aprovada em votação final global com os votos favoráveis da maioria socialista e a abstenção do CDS-PP.

O prazo para a apreciação da lei - o juiz relator é Bravo Serra - terminava na próxima segunda-feira.

Entre as inconstitucionalidades apontadas pelo PSD está a alegada violação de diversas disposições da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas, nomeadamente quanto à obrigatoriedade das transferências anuais do Estado para cada uma das regiões não serem inferiores às transferências do ano anterior.

O corte nas transferências para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, tem, aliás, sido um dos aspectos mais criticados pelos sociais-democratas, assim como pelo presidente do Governo Regional da Madeira e líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim.

O novo diploma, segundo os sociais-democratas, “viola igualmente um princípio do Estado de Direito democrático que é não alterar as regras do jogo financeiro a meio da legislatura”.

O PSD lamentou hoje que o Tribunal Constitucional (TC) tenha declarado por maioria a constitucionalidade da nova lei das Finanças Regionais, recusando assim o recurso de inconstitucionalidade interposto pelo PSD.

### PSD discorda frontalmente da decisão

“Do ponto de vista do PSD lamentamos. Respeitamos, naturalmente, mas discordamos profundamente”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Marques Guedes, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Questionado se espera ainda um veto político de Cavaco Silva, Marques Guedes salientou que “as decisões do sr. Presidente da República, são do sr. Presidente da República”.

“O Presidente da República sabe qual é a posição do PSD, tal como sabe qual é a posição do PCP, do Bloco de Esquerda e o CDS. Só o PS é que votou a favor desta lei e o sr. Presidente sabe isso tudo, o sr. Presidente decidirá”,



afirmou.

Para o PSD, “juridicamente as opiniões podem dividir-se mas, politicamente, o problema subsiste”.

“Trata-se de uma lei injusta, que atenta de forma clara contra a estabilidade e previsibilidade. Há, a meio dos mandatos, uma alteração nas regras do jogo do relacionamento entre o Estado e as regiões”, criticou Marques Guedes.

O líder da bancada social-democrata lamentou que neste diploma nem sequer esteja previsto um regime de transitoriedade, como aconteceu na Lei das Finanças Locais.

“Nem sequer existe um regime de transitoriedade, o que agrava profundamente a injustiça desta lei”, acusou.

Os juizes do Tribunal Constitucional (TC) declararam hoje, com nove votos favoráveis e quatro contra, a constitucionalidade da nova lei das Finanças Regionais, aprovada na Assembleia da República a 30 de Novembro, apenas com os votos favoráveis do PS e abstenção do CDS-PP.

Para suscitar a inconstitucionalidade do diploma do Governo, em Dezembro, o PSD alegou a violação de diversas disposições da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade das transferências anuais do Estado para cada uma das regiões não poder ser inferior às transferências do ano anterior.

O corte nas transferências para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, foi um dos aspectos mais criticados pelos sociais-democratas, assim como pelo presidente do Governo Regional da Madeira e líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim.

Outro dos aspectos que foram contestados pelo PSD dizia respeito ao facto de se fazer depender de um decreto-lei “os poderes tributários que são conferidos aos Governos Regionais”. – **Fonte: Lusa**



## Intervenção sobre a Petição nº 56/X, pretende que os trabalhadores das pedreiras tenham a possibilidade de passar à situação de reforma aos 55 anos.

Deputado Arménio Santos  
Assembleia da República, 5 de Janeiro de 2007

(...)  
Esta Petição é sustentada essencialmente em dois argumentos:

O primeiro, porque as condições de trabalho que se verificam nas pedreiras têm elevadas implicações para a saúde dos trabalhadores, devendo essa profissão ser considerada de risco e de desgaste rápido;

O segundo argumento, vem na esteira do primeiro e baseia-se nas graves doenças profissionais - especialmente a silicose - a que estão sujeitos os trabalhadores dessas indústrias.

Comprendemos a pretensão dos peticionantes, porque estamos em presença de uma profissão que, de facto, para além das duras condições físicas e ambientais em que é exercida, é propícia a graves doenças

profissionais, como reconhece o próprio Centro de Protecção de Doenças Profissionais.

É que apesar da evolução tecnológica registada nos últimos tempos neste tipo de actividade e as cautelas que hoje são impostas ao exercício do trabalho nas pedreiras, nem por isso esses avanços eliminaram a penosidade e o ambiente nocivo desta profissão.

Em certas circunstâncias, há mesmo algumas semelhanças do trabalho nas pedreiras com o trabalho desenvolvido no interior das minas, o qual tem o seu regime definido no Decreto-Lei nº 195/95 e que prevê a possibilidade de ser extensível, por lei, a trabalhadores do exterior das minas, atendendo a excepcionais razões de conjuntura.



Esta possibilidade, de resto, já foi usada pelo último governo liderado pelo PSD quando, através do Dec. Lei nº 28/2005, tornou extensivo os efeitos do Dec. Lei nº 195/95 aos

trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A. (E.N.U.).

Lamentavelmente, o actual governo tem desprezado todos os pedidos dos trabalhadores destas minas de urânio, cerca de 300 trabalhadores, para serem sujeitos a exames médicos adequados, em ordem a avaliarem as suas condições de saúde, já que estiveram expostos a radiações e a ambientes com radão durante largos anos.

Por estas razões, Senhor Presidente, manifestamos a compreensão do PSD aos objectivos expostos nesta Petição e esperamos que o governo assuma também as responsabilidades que lhe cabem perante os trabalhadores que exercem a sua actividade profissional em sectores tão difíceis e arriscados como é o das pedreiras.

## Intervenção sobre a Petição n.º 93/X/1.<sup>a</sup> – Contra a decisão do Governo de construir um novo aeroporto na OTA

Deputado Luís Rodrigues  
Assembleia da República, 5 de Janeiro de 2007

(...)  
A ausência do Governo neste debate demonstra a desconsideração do PS pelas iniciativas da sociedade civil.

No que respeita ao Governo desejo e espero, sinceramente, que deixe a arrogância e a soberberia no Ano Velho e que ouça a sociedade civil que, cada vez com mais força e mais empenho, se vem batendo contra o Novo Aeroporto de Lisboa, projecto megalómano do Primeiro Ministro.

Só um Governo autista, incompetente e incapaz do ponto de vista político e técnico é que decide avançar com uma decisão que vai hipotecar, ainda mais, o futuro das gerações vindouras de portugueses.

A construção do Novo Aeroporto de Lisboa não é sequer uma má solução. Esta decisão do Governo socialista é um enorme problema que querem deixar para outros resolverem.

(...)  
O Partido Socialista já nos habituou a decisões que hipotecam e de que maneira o futuro, que por acaso é já hoje, estou a falar das SCUT.

Lembram-se, era uma solução milagrosa.

Os portugueses tinham estradas de borla e estas gerariam tanta riqueza que seriam uma fonte inesgotável.

Agora o PS, sem pedir desculpa aos portugueses, vai, afinal, introduzir portagens nas estradas que eram uma mina de ouro. Essa mina não passou de uma miragem e tornou-se num filme de terror ainda sem solução concreta. Já sei que o Ministro anunciou uma solução mas não a sua concretização.

O Novo Aeroporto de Lisboa é outro erro. O Novo Aeroporto de Lisboa é um embuste. O Novo Aeroporto de Lisboa é o hipotecar do País de forma irreversível.

Como é possível desperdiçar milhares de milhões de euros num investimento não reprodutivo?

Como é possível desperdiçar milhares de milhões de euros num investimento sem capacidade de ampliação?

Como é possível desperdiçar milhares de milhões de euros num investimento totalmente articulado, condicionando toda a rede de transportes a este erro técnico e a esta obsessão política?



(...)  
Já se percebeu que o próprio Governo não sabe bem o que deve fazer. Até agora pouco ou nada de concreto executou nesta matéria.

A 22 de Novembro de 2005 a apresentação "power point" da decisão, contou com a presença de centenas de convidados, consultores, construtores e financiadores, bem como de grande parte do Governo e do Primeiro Ministro.

Este show mediático e de propaganda contrastou com a

comemoração dessa data pelo Governo.

Após um ano, em 21 de Novembro passado, como não tinha nada de concreto para apresentar, o Governo organizou à pressa uma visita semi-clandestina do Secretário de Estado das Obras Públicas ao terreno, digo, ao pântano onde pretendem construir essa infraestrutura.

Parece que o próprio Governo já não acredita, tal como nas SCUT, nesta sua obsessão.

As alternativas não estão suficientemente estudadas, nem a decisão está devidamente sustentada.

Acredito que no Partido Socialista existem consciências sérias que estão contra este projecto megalómano. Acredito que muitos dos Deputados do Grupo Parlamentar Socialista gostariam de estar aqui a dizer-lo alto e bom som.

Sr. Primeiro Ministro

Os Portugueses exigem que desça do seu pedestal e ouça o povo. Pare este projecto.

Ninguém lho pediu e são cada vez menos os que nele acreditam.



## Intervenção sobre o ensino multilingue nos estabelecimentos públicos de educação e ensino.

Deputado Emídio Guerreiro  
Assembleia da República, 4 de Janeiro de 2007

(...)

Nos últimos anos, Portugal transformou-se também num País de imigração.

Com a chegada de muitas dezenas de milhares de cidadãos estrangeiros a Portugal, o nosso País passou a conhecer o outro lado do fenómeno das migrações.

De País com quase 5 milhões de emigrantes espalhados por 121 países de todo o Mundo, passou igualmente a País com cerca de 500 mil imigrantes legais, que actualmente representam já quase 10% da nossa população activa e 5% da nossa população residente, oriundos de mais de 150 países de todo o Mundo.

Os desafios para a integração destes cidadãos estrangeiros são incomensuráveis. Nos últimos anos, sobretudo por acção dos XV e XVI Governos Constitucionais, pôs-se em prática uma verdadeira política de imigração, com vectores chave de actuação muito claros.

Entre outras medidas, foi criado o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, o Observatório da Imigração, dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, 50 Centros Locais de Apoio ao Imigrante, a Linha SOS Imigrante, o Programa Escolhas 2ª Geração, um Gabinete de Apoio ao Reconhecimento de Habilitações e Competências, além de muitos outros instrumentos de concertação de uma política de imigração, assente não só no pilar da Segurança Interna, mas também no pilar do acolhimento e integração.

Recordo que ainda recentemente, no debate na nova lei da imigração, os Ministros António Costa e Silva Pereira, reconheceram a importância destes instrumentos.

O PSD em matérias de integração tem um trajecto com provas dadas e está permanentemente disponível para de forma clara e segura, dar mais e mais passos que efectiva e objectivamente promovam a integração dos imigrantes no seio da nossa sociedade.

(...)

Estudos recentes atestam que, até ao ensino secundário, temos uma população estudantil que fala cerca de 230 línguas maternas diferenciadas. Assim, as necessidades de concretização de políticas na área da educação e formação direccionadas para esta população, devem ser bem ponderadas e efectivamente



promoverem a integração.

O PL que debatemos, partindo de matérias importantes que merecem uma reflexão positiva por todos nós, é contudo redutor e suscita a nossa rejeição nalgumas soluções. Invoca o Relatório Portas mas este tinha uma amplitude e uma abrangência completamente diferente da que agora se nos é apresentada.

A um relatório que visa aplicar-se a uma realidade de populações imigrantes extra-União Europeia, o BE exemplifica com *casestudy* de uma experiência em Hamburgo, com cidadãos da EU, no caso, crianças portuguesas.

O relatório apontava diversos caminhos: do apoio por parte da União aos projectos educativos que, “para lá das suas obrigações curriculares, ensinem a língua e a cultura do país de acolhimento aos imigrantes **que não estejam em idade escolar**”, bem como os que construam pontes de diálogo entre a cultura e a história da região em que se inserem e a cultura e a história das comunidades de imigração.

O relatório frisava ainda que devem ser tidos em conta, nomeadamente, os projectos que associam as pessoas a quem cabe o exercício do poder paternal, em especial as mães;

O relatório ao qual este projecto de Lei foi beber apenas uma das suas exortações, incentivava o patrocínio da UE à constituição de uma rede europeia de escolas que espontaneamente desejassem concretizar projectos educativos e comunitários que respondam às necessidades de aprendizagem,

socialização e cultura referidas, sem esquecer o princípio da subsidiariedade.

O relatório afirma ainda que “a integração dos imigrantes na escola não se deve processar em detrimento do desenvolvimento da língua veicular do sistema educativo, especialmente se esta língua se encontra em situação minoritária” – O que contrasta com as turmas multilingues com dois professores e “um terço” de alunos cuja língua materna seja o Português como agora propõe o BE!!!

(...)

O PSD rejeita o caminho que o BE hoje nos propõe. Mais importante e decisivo que este PL seria o BE ter votado favoravelmente, em Março de 2006, o projecto de resolução, denominado “+inclusão” que nesta Câmara apresentamos. As medidas que então apresentamos, visavam o reforço da integração dos imigrantes com a criação, em cada escola ou agrupamento de escolas, de equipas multidisciplinares de apoio especializado, compostas por professores, assistentes sociais, sociólogos e psicólogos, que interviriam em articulação com todos os parceiros institucionais e também com as comunidades imigrantes.

Foi este tipo de intervenção, global, mobilizadora e potenciadora de uma verdadeira integração que o BE rejeitou.

Não é com a criação de quotas de portugueses nas salas de aulas que se

promoverá a integração. Esta nunca se fará por decreto ou por lei. É pelo reforço da autonomia das escolas que estas poderão, se assim o desejarem, reforçar os projectos multiculturais que já existem. É com mais autonomia e com o envolvimento das comunidades na definição dos diferentes projectos educativos que as escolas promoverão a integração dos jovens imigrantes.

Para isso é necessário que este Governo, e também o BE, abandone o modelo centralista de gestão das escolas e dos seus recursos. É preciso dotar as escolas de competências e meios, reduzindo os espertalhos de organização e gestão para que possam livremente definir o modelo que melhor se adapte ao reforço da integração das comunidades imigrantes.

E aqui não temos dúvidas que antes de chegarmos ao ensino multilingue temos de incrementar a integração pelo reforço do ensino da nossa língua nos jovens e também no restante agregado familiar e temos de forçosamente de reforçar a interculturalidade entre as diferentes comunidades.

Este é o caminho que defendemos e em que acreditamos.

(...)

Finalizo esta intervenção com uma constatação final. O BE ao lançar este debate partiu de um bom princípio para um mau projecto. Partiu de uma boa ideia para uma má concretização da mesma e deste modo o PSD votará contra este PL.

### AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 17 DE JANEIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate sobre Assuntos Europeus:

-Balanço da Presidência Finlandesa

-Programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia

-Programa da Presidência Portuguesa – 2.º Semestre de 2007

QUINTA-FEIRA, DIA 18 DE JANEIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Interpelação ao Governo .../X (PCP)

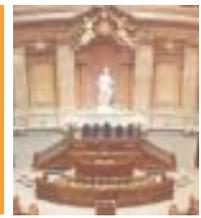
(Sobre Saúde)

VOTAÇÕES às 18h00

SEXTA-FEIRA, DIA 19 DE JANEIRO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Perguntas ao Governo de âmbito geral



## Intervenção sobre a PETIÇÃO Nº 84/X/1ª - Conteúdo programático da educação sexual nas escolas

Deputado Fernando Antunes  
Assembleia da República, 05 de Janeiro de 2007

(...)

A Petição nº 84/X apresentada pela Associação Move, reflecte a profunda preocupação das famílias, sendo o tema da sexualidade pela sua complexidade e sensibilidade a razão principal desta reacção legítima

Realçamos como profundamente positiva a discussão lançada na opinião pública sobre este tema, ajudando a desmistificar conceitos retrógrados sobre sexualidade, quer eles digam respeito a “vanguardismos sexuais” de puro consumismo momentâneo e materialista ou a “tabus” escondidos e silenciadores de mentes, alheias aos problemas do mundo de hoje.

O aparecimento, quase paralelo com o Relatório do Grupo de Trabalho, de um Estudo do Conselho Nacional de Educação e o lançamento desta Petição, provocaram a mais abrangente e construtiva abordagem feita pela Comunicação Social de um tema com esta delicadeza!

O PSD está consciente dos riscos da transversalidade pura como método para a Escola transmitir o tema da sexualidade. A escola não tem formação adequada para assumir gerando-se os conflitos normais, onde muitas vezes actuações isoladas põem em causa a ética, a responsabilidade e os valores que estão em causa – que não só os de natureza biológica mas também aqueles que têm a ver com a afectividade e com o crescimento ou formação social e pessoal do jovem.

Este é um problema que também tem a ver com a verdadeira autonomia que o PSD preconiza para a escola com o Projecto de Gestão Escolar que apresentámos oportunamente.

Uma escola bem gerida é necessariamente uma escola onde há responsabilização de todos os que nela trabalham ou participam.

Na Educação para a saúde a



existência de uma hierarquia de responsabilidade que abranja o Estado, os órgãos da escola, os professores, e principalmente o professor responsável pela área, com a participação dos Pais parece ser o caminho.

Pede-se pois ao Estado um forte investimento na formação de professores e à escola Projectos Educativos onde impere a responsabilidade, o equilíbrio e o bom senso!

Mas tal não é possível sem Associações de Pais ou famílias verdadeiramente participantes e empenhadas.

## Intervenção sobre Petição nº 89/IX/2ª - *Solicitam a que se ponha termo a progressiva desertificação do Rio Mondego*

Deputado Fernando Antunes

(...)

Têm razão os Amigos do Mondego e Afluentes e a Confraria de Lampreia de Penacova, tem razão o Município de Penacova, para só citar os que têm dado voz a uma reivindicação justa de 30 anos que visa reabilitar a riqueza ambiental do rio Mondego, posta em causa pela mão do homem, aquando da construção da Ponte-Açude em Coimbra, por erros de concepção técnica da Escada de Peixe, que se transformou num obstáculo que não permite a transposição das espécies na sua natural caminhada reprodutiva.

Têm razão as populações que respiram e vivem viradas para o maior rio Português e todos aqueles que defendem e promovem a riqueza económica de uma região que é apetecida turisticamente pelo contraste espectacular da natureza, espraído nas largas planícies de Montemor-o-Velho mas logo apertado no circundear deslumbrante das Serras de Penacova.

Eles querem a inclusão no próximo PIDDAC da nova Escada de Peixe cujo projecto está pronto até porque a oportunidade é esta já que do novo Quadro Comunitário poderá vir também uma parcela do seu financiamento.

Só assim será possível que a natureza se reconstitua na sua fauna e flora deixando novamente que a lampreia, o sável, a enguia entre outros possam concluir o seu ciclo de vida revitalizando o Mondego.

Desta riqueza impar precisa igualmente a cidade de Coimbra que viu o Mondego crescer com a Ponte-Açude e espelhar a cidade no enorme lençol de água onde se reflecte.

Não pode o Governo invocar falta de meios financeiros. Basta contabilizar as receitas que podem advir do desassoreamento das areias deste lençol imenso. Ainda por cima quando este assoreamento não deixa que os operadores turísticos, a miúdagem da canoagem e outros desportos náuticos desfrutem do rio, ou vê a água saltar do leito provocando inundações e o desmoronamento das suas margens, ou prejuízos e destruição nas esplanadas e bares construídos com o dinheiro do Polis.

O desassoreamento das areias do Mondego, defronte da cidade, previne a destruição, potencia riquezas e financiará a construção da Escada de Peixe e muito mais. Eu diria como diz o povo “ de uma cajadada matam-se dois coelhos. Neste caso resolvem-se vários problemas urgentíssimos.

A iniciativa cabe ao Governo, nós apontámos os meios, as populações julgarão.



# Declaração Política

Deputado Luis Marques Guedes  
Assembleia da República, 04 de Janeiro de 2007

(...)

Em 2007 vamos entrar no terceiro ano da governação socialista.»

Acabou o tempo das desculpas e dos adiamentos. O País já não se satisfaz com anúncios e promessas.

Os portugueses querem resultados. Resultados positivos e concretos.

Durante os últimos dois anos à generalidade dos cidadãos foi imposto um violento apertar de cinto, foram exigidos sacrifícios e retirados direitos e expectativas.

Apesar disso, a situação do País, das famílias e das empresas não melhorou. Pelo contrário, piorou.

Propaganda à parte, a verdade é que, pela primeira vez na nossa História recente, vive-se um período de retoma e crescimento económico na Europa e Portugal não consegue acompanhá-lo.

Pior. Em 2006, o nosso crescimento económico foi o mais baixo de toda a União Europeia.

Em termos de crescimento da produtividade, o nosso País situa-se nos três últimos lugares da Europa a 25.

Muito atrás do que se passa aqui ao lado, na nossa vizinha Espanha. Muito atrás da média europeia.

O Primeiro-Ministro diz que passo a passo Portugal está a recuperar. A verdade, porém, é que passo a passo estamos a ficar mais longe da Europa. Já fomos o 14º país no ranking europeu, hoje baixamos para 18º e em 2008, de acordo com as previsões oficiais vamos baixar para 20º.

Estes são os resultados de dois anos de mandato. Resultados que têm responsáveis conhecidos. O governo do partido socialista e as políticas de asfixia da nossa economia seguidas pelo Engº José Sócrates.

A política deste governo é marcada por dois pilares: propaganda e arrogância.

Semana após semana, os Portugueses são bombardeados com doses maciças de promessas, programas fantásticos de modernização, mega projectos de fazer inveja aos nossos parceiros mais desenvolvidos, anúncios de uma coragem e determinação férrea de um Primeiro-Ministro que só falta dizer-

nos que o País não o merece.

E no entanto...

O poder de compra dos portugueses não aumenta, o que aumenta são os impostos sobre as pessoas e sobre as empresas.

O investimento cai há sete trimestres consecutivos. O que cresce é a prosápia e a desfaçatez do Ministro da Economia.

As despesas do Estado engordam, o que emagrece é o poder de iniciativa das pessoas e o poder de intervenção da sociedade.

O emprego não aumenta, o que aumenta todos os dias é o número de jovens licenciados que vai parar ao desemprego.

A saúde não melhora. O que melhora é o grau de arrogância e de disparate do Ministro da Saúde. Temos hoje uma saúde mais cara, mais difícil e mais longe das pessoas. O ministro da Saúde, chega ao deslante de achar normal o caos nas urgências da Santa Maria, no primeiro dia do ano.

A educação afunda-se. O que sobe é a crispação nas escolas e o ataque aos professores. Como se fosse possível melhorar o ensino desautorizando e desprestigiando os professores, minando a sua autoridade e a sua motivação.

Em matéria de resultados a verdade é esta: os portugueses empobrecem, os orçamentos das famílias emagrecem, as empresas estão cada vez mais asfixiadas e Portugal está cada vez mais distanciado do crescimento europeu.

O Estado, esse, é que não pára de engordar.

Agora chega-se mesmo ao ponto de em vez de fechar serviços inúteis criar novas empresas públicas dentro do Estado. São mais três empresas públicas, mais lugares de administradores, mais directores, mais assessores, mais vencimentos e mais boys sentados à mesa do Orçamento.

A este respeito quero aqui anunciar: se essas empresas forem mesmo criadas, o PSD irá exigir a sua apreciação parlamentar e a sua revogação, confrontando o Governo com a iniquidade das suas políticas e com o disparate das suas opções.



Mas a arrogância não se fica por aqui. O que se passa com os fundos comunitários é verdadeiramente inqualificável.

O novo Quadro Comunitário de Apoio há meses que já devia estar aprovado e em Bruxelas. Para que 2007 fosse, como devia ser, o primeiro ano de aplicação dos fundos. Foi, de resto, o que o Governo se comprometeu. Ter tudo pronto em Julho passado.

Somos dos países que mais precisa destes fundos. Afinal somos dos poucos países que ainda nem sequer apresentou a Bruxelas o seu programa.

Com isto perdemos o ano de 2007.

Só lá para 2008 vamos ter os fundos da União Europeia a serem realmente aplicados. O Ministro diz que não há atrasos. Nós dizemos que há um Ministro que mente e um Governo que foi lesto a negociar os fundos mas é lento, desleixado e incompetente a colocá-los em aplicação.

A incompetência é, de resto, outro traço dominante neste Governo. Veja-se o que se passa com as SCUT's.

Primeiro, prometeram nas eleições que não havia portagens nas SCUT's.

Depois, a seguir às eleições, violaram a promessa e introduziram portagens em três SCUT's.

Hoje mesmo, vem a público a notícia de que as portagens só lá para o final de 2007.

Não admira pois o que está a suceder. Portugal marca passo, enquanto os outros países avançam.

É esta a marca do Governo. Preocupa-se em controlar o poder, em

acumular mais poder, em usar e abusar do poder que tem, mas não apresenta resultados. Ou os resultados que tem não são, sequer, apresentáveis.

(...)

2007 é um ano crucial.

Em 2007 Portugal tem de criar riqueza. Tem de caminhar decididamente para a convergência. Sobretudo num tempo em que a Europa já saiu da crise, já está a crescer, Portugal tem de começar a acompanhar o ritmo europeu. Só desta forma nos tornaremos um País competitivo, aumentando o poder de compra dos salários e das pensões e combatendo o flagelo do desemprego.

Em 2007 tem de haver, sem complexos, uma redefinição das funções do Estado. Temos de ter menos Estado para termos melhor economia e mais riqueza nacional.

Em 2007 devem ser postos de lado os projectos megalómanos que sugam os recursos escassos do País. Precisamos de investimento, mas de investimento sustentado e competitivo.

Em 2007 temos de ter uma política de apoio à PME. Elas são o motor da economia, as que criam riqueza e que geram postos de trabalho.

Em 2007 tem de se inverter o acentuado declínio da Educação em Portugal, alterando-se estruturalmente o funcionamento das nossas escolas e das nossas universidades, em vez de se persistir no casuismo e na política de permanente crispação dos agentes educativos que este Governo vem seguindo.

Em 2007 é preciso cumprir e pôr em prática o vasto conjunto de reformas que se acordaram para a credibilização e a reforma da Justiça.

Em 2007 é imperativo apresentar resultados no sector da saúde, arrancando com a construção dos novos hospitais que há dois anos está parada e avançando com coragem para a gestão dos centros de saúde por sociedades maioritariamente detidas por médicos e pelo sector social.

Em 2007 o País precisa de mais e merece melhor. Precisa de outras políticas e merece outras prioridades. Sobretudo, os portugueses precisam de ver resultados e merecem ter esperança.

Em 2007, todos temos de exigir muito mais.



## Intervenção sobre a Petição nº 159/X-2ª - Criação do Curso de Medicina na Universidade do Algarve

Deputado Mendes Bota

Assembleia da República, 05 de Janeiro de 2007

(...)  
...saúdo a iniciativa, a qual, embora tenha na sua génese a Juventude Social Democrata do Algarve, recolheu um amplo leque de mais de 9.500 subscritores, representativo de todas as tendências políticas, sociais e económicas daquela Região.

A criação do Curso de Medicina na Universidade do Algarve, é uma questão que reúne um amplo consenso político na sociedade algarvia.

(...)  
Os números estão aí, e não mentem. Na região de Lisboa há 5 médicos por 1.000 habitantes, na União Europeia há 3,3, em Portugal inteiro há 3,1, e no Algarve, apenas existem 1,9 médicos por 1.000 habitantes.

Mas este rácio algarvio é mais grave ainda do que aparenta. Tem em conta os quatrocentos mil residentes. Mas ignora que existe uma população flutuante em permanência, que se contabiliza em muitas centenas de milhares de cidadãos, nacionais e estrangeiros, também eles carecidos de estruturas e de cuidados de saúde.

Só no aeroporto de Faro, entre Junho e Setembro de 2006, foram quatro meses a desembarcar entre 600.000 e 700.000 passageiros por mês. Acrescem os turistas que cá chegam por outros meios de transporte, e há que considerar o fenómeno do alojamento turístico não classificado que, seguramente, mais do que duplica a oferta de alojamento classificada.

Aí está matéria estatística para ser aprofundada, já que é a estatística que invoca quem pretende obstaculizar a criação do Curso de Medicina na Universidade do Algarve

Este é mais um dos muitos retratos possíveis do centralismo reinante em Portugal, e onde o Algarve fica, uma vez mais, em último lugar.

Portugal tem 2 Faculdades de Medicina em Lisboa, 2 no Porto, uma em Braga, uma em Coimbra e uma em Viseu. Poderíamos acrescentar ainda, uma em Santiago de Compostela e outra em Praga. Mas do Tejo para baixo, o ensino da Medicina é tabu. Ou seja, metade do país. O Algarve fica a 300 Kms da escola de medicina mais próxima.

O problema da cobertura de médicos em Portugal tem muito a ver com a fixação dos licenciados, e esta tem a ver com a localização das

estruturas de formação. Não é por acaso que 70% dos licenciados da Universidade do Algarve, oriundos de outras partes de Portugal, acabaram por se fixar no Algarve.

Curiosamente, este “efeito Califórnia”, que se verifica na atracção de quadros superiores em sectores como o Turismo, o Comércio, os Serviços e a Indústria, estrangeiros e nacionais, para se estabelecerem no Algarve, não se tem verificado no sector da Medicina, porque os pólos de atracção estão longe, em Lisboa, Coimbra, Porto e outras cidades do norte e do centro de Portugal.

A forma como se trata o sector da Saúde, é um factor de competitividade para uma região turística, que lhe traz um universo acrescido de pacientes.

A construção do Hospital Central do Algarve é, a par da Barragem de Odelouca, a obra prioritária desta Região. Um Curso de Medicina associado a esta infra-estrutura seria ouro sobre azul, no que significa de disponibilidade de estruturas físicas, e meios humanos e funcionais. Mas, será bom que fique claro desde já, mesmo que a construção do Hospital Central do Algarve se atrase, nada impede a utilização dos actuais hospitais de Faro e do Barlavento Algarvio para aquele efeito.

O *numerus clausus* no ensino da Medicina, tem sido um autêntico muro de Berlim para milhares de estudantes de elevado potencial, que assim se viram excluídos da sua vocação.

Há graves carências de pessoal médico na maior parte do país e, entre 2013 e 2020, prevê-se que um número significativo de médicos entrará para a reforma.

Importa, por isso, analisar o papel de um novo Curso de Medicina neste contexto. Onde estamos?

A Universidade do Algarve apresentou a sua proposta ao governo em 31 de Janeiro de 2006. Esta foi avaliada pela Comissão Internacional de Avaliação do Grupo de Acompanhamento para a Saúde, e foi classificada no parecer emitido como “a mais inovadora que a Comissão jamais avaliou, bem escrita, bem documentada, com imaginação e clareza”.

Mais se acrescentava neste parecer que, apesar de se reconhecer que as 7 escolas médicas de Portugal, já ultrapassam o rácio recomendado de uma escola médica por 2 milhões de



habitantes, a Comissão estaria a disposição de aprovar “propostas com objectivos não meramente quantitativos, mas que iniciem uma experiência fortemente inovadora com fortes impactos sistémicos”.

Nesse parecer foram formulados alguns reparos, que têm levado a Universidade do Algarve a reformular a proposta inicial, reforçando o número de académicos em medicina clínica envolvidos no Curso, e estabelecendo protocolos de colaboração com outras instituições do ensino de saúde, como a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

Esta proposta reformulada será entregue à Comissão de Avaliação ainda no corrente mês de Janeiro.

O governo aposta na inovação? Nós também! Pois aqui está um curso inovador....

Desde logo, porque representará uma experiência-piloto em Portugal dos mais recentes avanços na metodologia do ensino da medicina, já consolidados e provados nos países nórdicos e anglo-saxónicos.

O facto de ainda não existir no Algarve qualquer outra estrutura do ensino clássico da Medicina, é uma vantagem competitiva, por não ter que se lidar com muitos interesses estabelecidos.

A inovação deste curso de quatro anos, destinado a uma entrada anual de 25 alunos, para além de um plano curricular e métodos de ensino inéditos em Portugal, reside também nas condições de admissão:

-ter no mínimo um grau de bacharelato numa das ciências relevantes para a Medicina;

-ter uma nota mínima de 15 na disciplina de Química, no 12º ano do ensino secundário;

-ter um mínimo de seis meses de experiência de assistência de enfermagem num estabelecimento clínico acreditado;

-ter um bom desempenho escrito e falado na língua inglesa.

É um processo de recrutamento que privilegia as qualidades humanas dos candidatos, e o ensino clínico sustenta-se em tutores com vasta experiência de medicina geral e familiar, e é essa a grande aposta do Curso de Medicina proposto pela Universidade do Algarve. Faz falta um curso destes. Repare-se que, mesmo no Algarve, só existem 300 médicos em medicina geral e familiar, mas há 400 médicos especializados só nos hospitais de Faro e Portimão.

Este, é um dos principais problemas do sistema de saúde português: existem muito mais médicos em especialidades hospitalares do que em medicina geral e familiar. Está tudo ao contrário. A pirâmide está invertida.

Aqueles que pensam que podem resolver o vazio de médicos previsto para a vaga de aposentações dos anos 2013 a 2020, ou que os desequilíbrios da distribuição de médicos, se resolvem aumentando o número de estudantes nas escolas existentes, só irão agravar o problema, pois a concentração de jovens médicos próximos dos locais de formatura tenderá a acentuar-se.

E o problema da escassez de médicos em áreas como o Algarve, tenderá a agravar-se. Isto tem um efeito perverso, e o sr. Ministro da Ciência e Tecnologia não pode ignorar esta realidade. Pode não querer mais Faculdades de Medicina. Mas do que estamos a falar, é de um Curso, que poderá resolver uma grave carência da região do Algarve.



## Intervenção sobre a Petição nº 140/X 1ª – solicitam à Assembleia da República que recomende o Governo a corrigir a orientação assumida de encerrar, no distrito de Viseu, as escolas do primeiro ciclo do ensino básico e jardins de infância

Deputado Melchior Moreira

Assembleia da República, 5 de Janeiro de 2007

(...)

Em dois anos o Ministério da Educação decretou o encerramento de 2400 escolas, com particulares incidências na região centro que vê encerrar perto de mil, o que faz com que milhares de crianças e respectivas famílias paguem o preço dos cortes orçamentais que o Governo impõe de forma cega.

A deslocação quotidiana das crianças e o seu desenraizamento das comunidades em que vivem em nada contribui para a qualidade da educação e para o combate ao insucesso escolar. Ressalva-se, apenas, o trabalho incansável e meritório das autarquias locais que têm lutado afincadamente para conseguir reduzir os danos maiores desta precipitação do Ministério da Educação que estabeleceu como único critério para o encerramento, o número de alunos, ignorando particularidades e especificidades.

De facto, todos os dias nos chegam relatos de mais uma escola com problemas, de mais uma deslocação apressada de alunos e professores que ora deixam de ter aulas num local para irem para outro, muitas vezes com menos condições.

Apesar de todas as promessas e expectativas criadas, o encerramento das escolas do 1º ciclo do ensino básico e de jardins de infância, tem sido feito, mais vezes por motivos económicos do que por questões de aproveitamento.

O PSD pode tentar acreditar nos bons princípios da medida, de considerar que poucos alunos na sala de aula geram insucesso e abandono, o que já não pode acreditar é que a situação melhore numa sala de aula sobrelotada e sem condições.

Para este Governo, os problemas do interior resolvem-se da mesma forma que as questões do litoral. O que sobretudo nos preocupa é que esta medida é mais uma a somar-se a um vasto conjunto de outras, nomeadamente em consequência da PRACE, e que, darão um contributo determinado para uma ainda maior desertificação do interior do País.

(...)



## Intervenção sobre a evolução dos preços dos bens essenciais

Deputado Miguel Almeida

Assembleia da República, 11 de Janeiro de 2007

(...)

Importa neste debate que nos foquemos na política energética e, em especial, sobre as políticas para o sub-sector da energia eléctrica e o seu tarifário.

Em termos energéticos o nosso panorama não é, como se sabe, nada animador. Estima-se que Portugal venha a manter até ao final da presente década a qualidade de País industrializado mais dependente do petróleo, captando para si, por isso, toda a instabilidade, turbulências e efeitos negativos decorrentes, desde logo, das flutuações dos preços nos mercados internacionais.

Neste contexto, contudo, que decidiu o Governo fazer?...

Em 2005 o Governo alterou o regime existente para a fixação de preços para os consumidores domésticos, que levava em linha de conta a inflação para os correspondentes aumentos tarifários, pensando que com isso resolveria o problema do défice



tarifário.

Nada de mais errado.

Primeiro - Se é verdade que a tarifa tem de caminhar gradualmente, repito, gradualmente para nivelar com os custos de operação, não é menos verdade que a operação tem de ganhar eficiência e baixar os seus custos, o que

inexplicavelmente não tem acontecido, antes pelo contrário. É por tanto forçoso que os custos operacionais baixem, como aliás a ERSE varias vezes recomendou e que a EDP infelizmente não aproveitou os incentivos que a regulação proporcionou.

Segundo - Porque enquanto não se verificar uma efectiva liberalização do mercado, dificilmente se perfilarão ganhos de eficiência. E o aprofundamento dessa liberalização, designadamente ao nível do MIBEL, tarda em afirmar-se, não apenas pelo insuficiente investimento realizado até agora, designadamente, nas infra-estruturas de transporte e de distribuição, como pela inércia do Governo em matéria negocial. Ora, a implementação e o aprofundamento da liberalização deste mercado é determinante para as opções e condições que poderão ser apresentadas aos consumidores.

Terceiro - Porque o Governo falhou rotundamente no capítulo da eficiência energética como é, de resto, atestado pelo recente Relatório de 2006 da Agência Internacional da

Energia sobre as políticas energéticas dos países da OCDE.

**O maior recurso energético que o Governo tem à sua disposição é efectivamente uma boa eficiência energética**, mas infelizmente como é referido no relatório da AIE Portugal é um dos países com piores índices de eficiência energética, nomeadamente nos sectores da construção e dos transportes. Chega a ser conflagrador a ausência total de uma política de transportes em Portugal, optando-se sempre pelo mais fácil como aliás é agora exemplo a medida isolada, desgarrada e totalmente descontextualizada, anunciada para os táxis.

Quarto - Porque o Governo falhou rotundamente no capítulo da I&D, tal como é atestado pelo mesmo documento internacional, de 2004 para 2005 os gastos públicos do Governo português em matéria de Investigação e Desenvolvimento (I&D) na energia caíram.

(...)



## Intervenção sobre “Os 250 anos da Região Demarcada do Douro e recomenda ao Governo medidas dirigidas ao desenvolvimento económico e social daquela região”

Deputado Ricardo Martins  
Assembleia da República, 4 de Janeiro de 2007

(...)

Há 250 anos atrás, assinava el-rei D. José, o alvará régio que instituiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Nasceu assim, aquela que é a 1.ª Região Demarcada do Mundo a cumprir os pressupostos e conceitos que hodiernamente se exige para tal classificação.

O modelo de regulação da produção e comercialização do Vinho do Porto, de “carregação” ou “embarque” como era designado na época, para além da delimitação territorial, inovava ao incluir mecanismos de controlo e certificação que, 250 anos volvidos, ainda perduram na sua essência.

São disto exemplo: o cadastro, mandado elaborar na época, a tentativa de controlar os quantitativos da produção ou a fixação dos preços, em função da qualidade do vinho produzido “de feitoria” ou de “de ramo”.

Nas palavras de António Pires Cabral – “Este Alvará nasceu com boa estrela. (...) Houve dias de prosperidade no Alto Douro, ainda que seguramente mal distribuída.”

Com efeito, este momento marcará para sempre o futuro desta região, seja no plano económico, já que a vitivinicultura constitui a sua principal actividade, seja no plano cultural e social.

Um quarto de milénio depois, apesar do Vinho do Porto constituir um produto de excelência, responsável por cerca de 60% das exportações víquicas nacionais, apesar da estonteante paisagem do Alto Douro ter merecido a classificação como Património da Humanidade, a verdade é que o Douro é uma das regiões mais envelhecidas e desertificadas de Portugal, com indicadores socio-económicos abaixo da média nacional e que tarda em conseguir converter as suas potencialidades em ganhos de qualidade de vida para as suas populações.

(...)

O projecto de resolução que brotou do trabalho da Comissão tem que ser lido à luz do que têm sido as tomadas de posição e as decisões



adoptadas pelo Partido Socialista e pelo Governo que sustenta, no tocante à Região do Douro.

É importante lembrar que o Partido que apresenta o Projecto de Resolução 139/X é o mesmo que elaborou o relatório final sobre a Audição e Visita Parlamentar à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, por parte da 6.ª Comissão, que contemplava já um conjunto de propostas ao Governo que tivemos ocasião de classificar nesta Câmara de tímidas, fracas e pouco incisivas como se exigia.

Ora o que o Partido Socialista nos traz hoje é mais do mesmo.

Como não teve qualquer rasgo ou preocupação em alterar ou melhorar o texto inicial, transformou este projecto de resolução em algo absolutamente redundante, uma vez que recomenda ao Governo a mesmíssima coisa que o relatório da 6.ª Comissão já havia recomendado.

É o mesmo Partido Socialista que há pouco mais de 6 meses chumbou um projecto de resolução, apresentado pelo PSD, e que visava conceder um apoio extraordinário aos agricultores que foram severamente afectados pela intempérie de granizo que afectou uma área superior a 5.000 hectares e

atingiu mais de 3.500 viticultores. (Relatório de avaliação dos prejuízos elaborado pela DRATM).

Uma rejeição assente única e exclusivamente numa lógica de ciúme partidário, o que nem é de estranhar num partido que apoia um governo que é padrao da Região

Lembro apenas 2 ou 3 exemplos:

Começando pelo anúncio feito pelo Senhor Primeiro Ministro, com toda a pompa e circunstância no Salão Nobre da Casa do Douro, a 31 de Agosto último, da determinação deste Governo em prosseguir uma estratégia integrada de desenvolvimento para a região, cuja concretização ficaria a cargo de uma Unidade de Missão, aprovada nesse mesmo dia em Conselho de Ministros.

Ora, volvidos que estão 4 meses, esta Unidade de Missão ainda não saiu do papel porque, pasme-se, o Governo ainda não teve tempo para nomear o seu Chefe de Projecto.

O mesmo Governo que ainda não teve tempo, em quase dois anos de governação, de tirar o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro da gaveta onde o arrumou, no exacto momento em que tomou posse.

Um Governo que teima em não cumprir os protocolos celebrados entre o Estado Português e a Casa do Douro, sendo por isso também responsável pelos salários em atraso dos funcionários do quadro privativo daquela importante instituição duriense.

Um Governo que pretende encerrar um conjunto significativo de serviços públicos na região, na área da saúde, passando pela segurança interna e terminando na justiça.

Estes são apenas alguns exemplos da actuação do Governo mas que são bem elucidativos da dita “determinação” deste Governo em promover o desenvolvimento da região duriense.

E sobre tudo isto o que diz o Projecto de Resolução do Partido Socialista, nada ou praticamente nada.

Este é um Projecto de Resolução que tenta expiar os pecados do Partido Socialista e do seu Governo para com a região, e que são muitos, pelo que este documento mais parece um Projecto de Redenção do que de Resolução.

(...)

Mas o que verdadeiramente nos separa e distingue são duas questões essenciais.

Enquanto que para o PS o Douro é apenas mais um problema que este Governo tem que resolver, para o PSD, o Douro é uma oportunidade, é um desafio que urge agarrar, acarinhar e desenvolver.

E ao contrário do que faz o partido socialista, para quem tudo o que é apresentado pelo PSD não serve, só por que vem da oposição, o PSD não faz oposição aos portugueses nem aos durienses.

Para o PSD os portugueses estão primeiro e só depois vem o partido, pelo que, apesar de considerarmos este projecto de resolução redundante, tímido e mal elaborado, ele é um sinal de descontentamento para obrigar o Governo a fazer algo mais pela região duriense. É assim que o interpretamos e vamos votar.

(...)



## Intervenção sobre a Petição nº 132/X- 1ª - Discorda da intenção do Governo de suspender as actividades lectivas na Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa.

Deputado Sérgio Vieira  
Assembleia da República, 5 de Janeiro de 2007

(...)

Hoje, infelizmente, a Assembleia da República discute sobre uma matéria que é já um facto consumado. Por uma única razão: porque o Partido Socialista impediu a discussão sobre o encerramento desta Escola há seis meses atrás.

O Partido Socialista que aprovou um relatório na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, há seis meses atrás, que referia que “não existem até à data estudos técnicos que fundamentem a decisão, que parece estar em curso, de encerrar a Escola Secundária D. João de Castro.”, e também que “não se compreende que seja a Escola Secundária D. João de Castro a escolhida para fazer parte das

escolas que vão ser encerradas, quando lhe é reconhecida qualidade superior, sobretudo no que concerne à capacidade de expansão e de adaptação a outras valências, em comparação com as que se localizam na área circunvizinha.”. Este é o mesmo Partido Socialista que depois impediu que esta Petição fosse debatida em tempo útil.

Esta atitude do PS demonstra um enorme desrespeito pelos mais de sete mil Cidadãos, que numa atitude cívica louvável, apresentaram esta Petição, mas também revela receio e medo em debater e clarificar esta decisão do Ministério da Educação.

Importa perguntar: Quais as razões para que neste processo o



Ministério da Educação se tenha comportado de forma totalmente autista e arrogante perante a Comunidade desta Escola, e para que o Partido Socialista tenha impedido a discussão do encerramento em tempo útil?

Como esta escola se situa numa zona privilegiada de Lisboa, todas as suspeitas sobre o destino que o Governo pretende dar a este espaço são legítimas, perante a falta de transparência de todo este processo.

Perante isto, o Grupo Parlamentar do PSD irá questionar, através de requerimento, o Governo sobre o destino que pretende dar às instalações da Escola Secundária D. João de Castro.

## Intervenção sobre a Petição n.º 57/X - Associação de Cegos de Portugal (ACAPO) “para a representatividade das pessoas com deficiência”

Deputada Helena Lopes da Costa  
Assembleia da República, 5 de Janeiro de 2007

(...)

... “solicitam que a Assembleia da República recomende aos órgãos de soberania, às regiões autónomas, às autarquias locais, aos partidos políticos, às entidades administrativas e demais entidades socialmente relevantes que, tomando as medidas que se revelem adequadas para tal, assegurem a representatividade das pessoas com deficiência nos respectivos mecanismos de tomada de decisão, estabelecendo ainda procedimentos de avaliação e monitorização de tal representatividade, designadamente através da feitura de relatório anual sobre a matéria”.

Tal Petição foi apreciada, nos termos legais e regimentais, pela competente Comissão Parlamentar - a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que exprimiu unanimemente, em 27 de Outubro de 2006, a sua concordância com o relatório final da autoria da Senhora Deputada Celeste Correia.

O relatório aprovado pela 1ª Comissão sintetiza, de forma clara e objectiva, o quadro legislativo português em matéria de participação



e intervenção das pessoas portadoras de deficiência, através das respectivas organizações representativas, na elaboração de legislação e na definição das políticas que lhes diga respeito, nomeadamente no domínio da sua reabilitação e integração social, e conclui, e passo a citar, que “a representatividade das pessoas com deficiência, através das associações que as representam, já se encontra assegurada em diversos diplomas referentes a vários domínios da sociedade”.

De facto, é inegável que a participação das pessoas com deficiência nas decisões que lhes afectem já está hoje devidamente garantida no plano legislativo.

Quer-nos parecer, porém, que a intenção da ACAPO e dos restantes cidadãos subscritores da Petição ora em discussão não se fica pela mera questão da participação das pessoas com deficiência no processo de formação das decisões que lhes digam respeito, onde, aliás, só têm voz consultiva.

Pretendem mais do que isso: pretendem ter uma participação directa e activa na tomada de decisões políticas, no fundo sugerindo a criação de “quotas” para pessoas com deficiências no acesso a cargos políticos.

Cremos ser esta a interpretação correspondente ao desejo manifestado pelos peticionários de as pessoas portadoras de deficiência poderem ser “chamadas a tomar em suas mãos a quota parte de responsabilidade que lhes compete na condução dos destinos da comunidade de que fazem parte”.

Mas se a ideia subjacente à Petição é a de instituir um sistema de “quotas”, no plano da participação política, para pessoas com deficiência, não nos parece que essa solução seja constitucionalmente viável, porquanto implica, ela própria, uma discriminação positiva não consentida pela Constituição.

Na verdade, o princípio da igualdade, postulado no artigo 13º da Constituição, proíbe discriminações entre os cidadãos, não podendo, por conseguinte, um grupo ou categoria de pessoas ser favorecido ou beneficiado no acesso a cargos políticos.

A Constituição apenas admite, e mesmo isso é discutível e muito controverso, a imposição legal de quotas por género ao acesso a cargos políticos electivos, como forma de assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Nenhuma outra discriminação positiva, em matéria de acesso a cargos políticos, que não seja em função do sexo, pode ser, por isso, adoptada por via legislativa, sob pena de se ferir a Constituição.

Notícias dos Açores

## PSD regional reúne em Jornadas Parlamentares para promover o combate à desertificação

Os deputados regionais do PSD/Açores estiveram, durante três dias, nos concelhos de Povoação e Vila Franca do Campo, reunidos em jornadas parlamentares, dedicadas à desertificação e desenvolvimento rural.

Os parlamentares sociais-democratas açorianos analisaram formas de combater a desertificação, num “workshop” com a presença do líder do PSD/Açores, Costa Neves, e do ex-secretário de Estado da Agricultura Carlos Dutra.

O concelho da Povoação, com cerca de 6.700 habitantes, perdeu 6,3 por cento da população entre 1991 e 2004, enquanto que o número de alunos matriculados desceu 11 por cento de 2001 para 2004.

Durante as jornadas parlamentares, os deputados do PSD reuniram-se com os presidentes das câmaras municipais de Povoação e Vila Franca do Campo, localidades onde estão previstas visitas a obras em curso.

No último dia dos trabalhos, Carlos Costa Neves, acompanhado dos parlamentares, reuniu-se com a administração de uma cooperativa de lactínios, em Ponta Delgada.

A desertificação resulta da “irresponsabilidade do Governo

socialista”

No último dia das jornadas, o líder do PSD/Açores alertou para a desertificação que se verifica em algumas ilhas do arquipélago, alegando que se trata de uma “consequência natural da irresponsabilidade” do Governo Regional socialista.

“Algumas ilhas vão continuar em processo de encerramento”, salientou Carlos Costa Neves, que falava no concelho da Povoação.

Segundo Costa Neves, a desertificação que se regista em algumas ilhas açorianas resulta do “sistemático envelhecimento da população e do abandono pelos mais jovens e qualificados”.

O fecho de escolas em alguns concelhos do arquipélago é um “sinal tremendo” de que algumas comunidades estão “moribundas”, salientou o dirigente social - democrata, para quem este processo constitui uma “questão essencial para os Açores”.

De acordo com Costa Neves, que esteve reunido com os deputados na freguesia das Furnas, a solução para este problema poderá passar pela criação de emprégo nas zonas rurais e pelo aumento dos rendimentos dos agricultores.

A União Europeia tem verbas disponíveis para a área do desenvolvimento rural, no âmbito da sua Política Agrícola Comum, cabendo a cada região organizar o seu programa específico nesta área, explicou.

“Temos de ter traços comuns para a Região Autónoma dos Açores, mas, simultaneamente, descer a uma maior especificidade, ir de ilha a ilha”, defendeu Carlos Costa Neves, para quem o programa açoriano para o desenvolvimento rural terá de apresentar uma “malha mais fina”.

Segundo o líder do PSD/Açores, o executivo açoriano tem-se limitado a fazer uma “cópia das balizas da União Europeia” propostas para cerca de 500 milhões de habitantes, sem adaptar as medidas à realidade e às especificidades de cada ilha.

Essa “situação, se não fosse para chorar, seria para rir”, disse o dirigente do PSD/Açores, ao considerar que a “falta de resultados” em matéria de desenvolvimento rural “é uma consequência natural desta irresponsabilidade”.

Adiantou, ainda, que o arquipélago está a “começar a perder uma oportunidade de ouro para garantir mais rendimentos aos

produtores” agrícolas da região, no âmbito dos fundos comunitários que vai receber até 2013.

No segundo dia das jornadas parlamentares, o ex-secretário de Estado da Agricultura, Carlos Duarte, salientou que o encerramento de equipamentos sociais em zonas rurais, como escolas e maternidades, são “sinais claros às populações de que não devem estar no mundo rural e devem vir para o mundo urbano”.

Para uma coesão social e territorial “é necessário haver, em alguns segmentos da política de Estado, medidas de discriminação positiva” para o mundo rural, nas áreas da Saúde e da Educação, afirmou Carlos Duarte.

Segundo disse, os próximos fundos comunitários para vigorarem até 2013 podem “ser a última oportunidade para o país”, mas alertou que os 21 mil milhões de euros previstos não devem ficar concentrados no próprio Estado e nas regiões favorecidas.

“As regiões que têm um ritmo de desenvolvimento menor, que precisam de uma atitude mais pró-activa da parte do Estado para incentivar a economia, são as que ficam desfavorecidas na mesma”, criticou o antigo secretário de Estado.

– Fonte: Gab. Imp.PSD/A

Notícias de Cascais

## Demolição do Hotel Estoril-Sol arrancou com o novo ano

Os trabalhos de demolição do Hotel Estoril-Sol, em Cascais, arrancaram no início do ano, um processo que termina a 15 de Fevereiro, altura em que começará a demolição exterior da unidade hoteleira.

“A demolição começou por dentro, pelo esvaziamento do edifício, no dia e de acordo com o calendário definido deverá estar concluída a 15 de Fevereiro”, revelou o porta-voz da empresa Estoril-Sol, Dinis de Abreu.

Assim, a 15 de Fevereiro iniciará a demolição exterior do edifício do antigo hotel, de 20 andares, que se prolongará até 31 de Maio, altura em que o prédio deixará de ser visível da

Avenida Marginal.

Até ao final de Junho haverá trabalhos complementares de demolição, por exemplo da piscina, e de remoção de detritos para que seja possível usar as antigas fundações no novo edifício a construir no local.

“O objectivo é o de limitar ao máximo quaisquer perturbações de ordem ambiental”, explicou Dinis de Abreu.

No local será construído um edifício de habitação comércio e serviços de 15 pisos, menos cinco do que o actual, com três torres de vidro ligadas entre si, concebido pelo arquitecto Gonçalo Byrne.

Segundo o presidente da Câmara de Cascais, António Capucho, no início de Outubro o edifício terá um



máximo de 150 fogos, numa altura máxima de 51 metros, de acordo com o Plano de Pormenor para a Reestruturação Urbanística dos Terrenos do hotel Estoril Sol.

O autarca de Cascais estimou em dois anos e meio tempo total para a requalificação dos terrenos do hotel.

O Plano de Pormenor, que foi aprovado em Conselho de Ministros dia 4 de Outubro passado, prevê ainda a redução da área de construção em um terço e a requalificação da área envolvente do Parque Palmela, que aumentará cerca de 20 por cento e se aproximará da Avenida Marginal.

Um parque de estacionamento

com 375 lugares exclusivos para habitantes, 36 lugares para o comércio e mais 100 lugares para uso público, num total de 511 lugares, todos em subsolo, e a construção de um novo túnel de acesso ao Parque Palmela e ao paredão, estão também previstos no plano, referiu.

Em substituição do hotel Estoril Sol, a sociedade proprietária tem de construir dois novos hotéis: um no Monte Estoril, onde se localizam as ruínas do hotel Miramar, que ardeu em 1975, e outro na zona envolvente do Casino Estoril, num total de cerca de 300 camas. – **Fontes: Lusa, CMC, fotos Luís Bento**



## A tradição das “Janeiras” mantem-se em Cascais: Crianças e idosos cantaram nos Paços do Concelho

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho recebeu, na manhã do dia 8, os alunos do Externato Europa, que se deslocaram aos Paços Concelho para “cantar as Janeiras”.

Também na segunda-feira, mas à tarde, foi a vez dos mais idosos fazerem cumprir a tradição, brindando o Executivo da Câmara Municipal com cânticos alusivos a esta quadra.

O Grupo de Dança e Cantares da Junta de Freguesia de Cascais, a Tuna Sénior do Centro de Dia de São Miguel da Santa Casa da Misericórdia e o Coral “Moinhos de Alcabideche” trouxeram, assim, ao Salão Nobre da Câmara Municipal uma das mais genuínas e espontâneas manifestações populares que o concelho de Cascais se orgulha em preservar. – **Gab. CMC; fotos Luís Bento**

## Notícias do Algarve

# O Distrito, a deserção do “topo” socialista e a falta de cumprimento das promessas eleitorais do PS

Há alguns dias, os jornais noticiaram com destaque a muito próxima colocação do deputado socialista João Cravinho em Londres, como administrador do BERD (Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento).

É uma excelente notícia para o próprio, que vê assim coroada a nível europeu, na sua recta final, uma longa carreira política. É uma excelente notícia para o BERD, que fica servido com uma personalidade que, pese embora estar ligada a decisões e opções polémicas e controversas (nacionalizações e SCUTS, por exemplo) possui indiscutíveis méritos pessoais, profissionais e académicos, além de grande experiência de governação.

Mas não é uma boa notícia para o Algarve, dado estar-se em presença do cabeça-de-lista do Partido Socialista no Algarve, nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005.

Nessa qualidade, João Cravinho assumiu a responsabilidade primeira pelo cumprimento de um conjunto de promessas eleitorais feitas aos algarvios, que se encontram por cumprir na sua totalidade, e que lhe garantiram uma folgada vitória.

Era a chamada Nova Agenda para o Algarve. A Regionalização, essa primeira grande causa do PS (dixit), foi colocada por José Sócrates na

gaveta. A Barragem de Odelouca, ainda está por arrancar, e vai ser paga pelos bolsos dos algarvios, através de um empréstimo cujos encargos se reflectirão inevitavelmente nos custos de exploração da rede de água. O Hospital Central do Algarve marca passo, de estudo em estudo, e de promessa em promessa. A Via do Infante está na curva para apanhar com a portagem em cima.

Mas, pior que isso, João Cravinho abandona a cena política do Algarve (e do País?...), numa altura em que a Região vai entrar num período de grave esbulhamento financeiro, quer pela redução brutal dos fundos europeus, quer pela magreza escandalosa do PIDDAC, quer pelos efeitos redutores da nova Lei das Finanças Locais.

Ainda longe de metade do mandato, esta é a terceira deserção de topo, na lista dos deputados socialistas que mereceram a confiança do eleitorado algarvio. Londres, Bruxelas e Portimão, falam mais alto. Não pensa o PSD/Algarve que tudo e todos devam permanecer imóveis. Mas há um limite para a mobilidade, sob pena de se desacreditar ainda mais a actividade política. Porque as promessas não se cumprem, e porque os seus autores, entretanto, assumiram outras responsabilidades. – **CPD/Algarve**

## O PSD repudia acusações e manifesta confiança em Isabel Soares

O PSD/Algarve repudiou hoje as acusações de “má gestão” de dinheiros públicos, feitas à presidente da Câmara Municipal de Silves, no âmbito de um inquérito interno para apurar eventuais irregularidades na adjudicação de contratos de obras sem concurso público.

A gestão de Isabel Soares tem sido criticada pelos dois partidos da oposição, CDU e PS, que acusam a autarca de “má gestão dos dinheiros públicos” e de “constantes empréstimos bancários e operações de ‘factoring’ [créditos a curto prazo], alguns sem passarem por sessão de Câmara.

Na sequência do inquérito, CDU e PS exigiram a demissão de Isabel Soares e a realização de eleições antecipadas.

Em comunicado, os sociais-democratas algarvios consideram que foi desencadeada “uma vil campanha de calúnia e desenfreado ataque político”, e manifestam total apoio aos eleitos do PSD naquela câmara

algarvia.

Para o PSD/Algarve “não é aceitável que se pretendam fazer julgamentos na praça pública”, enquanto decorrem averiguações para apurar factos e responsáveis, sublinhando a serenidade “demonstrada pela autarca na descoberta da verdade”.

A distrital social-democrata do Algarve, realça que após terem sido detectadas “situações anómalas”, a presidente da autarquia foi “a primeira a exigir o seu integral esclarecimento e apuramento de responsabilidades”.

“O processo de inquérito foi despoletado por iniciativa própria, e de mais ninguém”, sublinha o PSD em comunicado.

A Comissão Política Distrital dos sociais-democratas afirma que “não existe qualquer inquérito” da Inspeção-Geral de Administração do Território (IGAT) ao Município de Silves, nem “qualquer processo de perda de mandato”.

A distrital algarvia do PSD, realça ainda que a documentação do inquérito tem sido enviada para a Inspeção-Geral da Administração do Território, Direcção-Geral de Finanças, Ministério Público e Polícia Judiciária, para “agirem de acordo com as suas competências”. – **Fonte: Lusa**

Notícias de Aveiro

# Começou a recepção de candidaturas ao prémio P.A.U.M.A. - Arquitectura e Urbanismo de Aveiro.

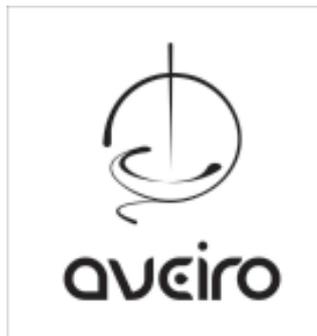
Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, e com a colaboração da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, o P.A.U.M.A. pretende dar a conhecer a qualidade arquitectónica e urbanística dos trabalhos realizados no Município de Aveiro, através da distinção da melhor obra de raiz e/ou obra de reabilitação/restauro que, pela sua concepção e correcção construtiva, que represente um contributo para a valorização e salvaguarda do Património Arquitectónico e Urbanístico.

As candidaturas devem ser enviadas ou entregues até dia 31 de Janeiro de 2007, nas instalações da Divisão de Museus e Património Histórico, sito na Rua João Mendonça, 9-11, 3800-200 Aveiro. O prémio será entregue no dia 23 de Março. Serão aceites obras realizadas no concelho de Aveiro que tenham obtido licença de habitabilidade entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2006. O concurso inclui três categorias: Melhor Obra de Raiz; Melhor Obra de Reabilitação e/ou Restauro e Prémio de Qualidade de Espaço Arquitectónico e Urbanismo. O regulamento poderá ser consultado em [www.cm-aveiro.pt](http://www.cm-aveiro.pt).

O P.A.U.M.A. é atribuído, simultaneamente, ao autor do projecto de arquitectura, ao promotor da obra e ao seu construtor e traduz-se na atribuição, em cerimónia pública, de um diploma a cada um destes elementos; a atribuição de uma placa onde constem os nomes do autor do projecto e do promotor da obra, bem como a referência ao P.A.U.M.A., para colocação junta da respectiva obra; e a entrega de um troféu ao(s) autore(s) do projecto.

O júri é constituído pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, um arquitecto designado pela Ordem dos Arquitectos; um representante da Associação portuguesa de Planeadores do Território (APPLA); um arquitecto representante do Instituto Português do património Arquitectónico (IPPAR) – Delegação Regional de Coimbra; um representante da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV) e dois arquitectos a convidar pela Câmara Municipal de Aveiro.

A atribuir pela segunda vez, o Prémio de Arquitectura e Urbanismo de Aveiro constitui o culminar da



Mostra de Arquitectura e Urbanismo de Aveiro que decorreu durante alguns meses de 2006, com a realização de um conjunto de exposições sobre a temática da Arquitectura e Urbanismo e de visitas guiadas a exemplos de intervenção arquitectónica contemporâneas pelo Paulo Anes.

Com a distinção da obra realizada, o prémio procura traduzir publicamente o reconhecimento do profissionalismo nesta área e proporcionar um serviço aos cidadãos, enquanto destinatários últimos das obras de arquitectura e urbanismo. Complementarmente procura, ainda, motivar o debate arquitectónico, a reflexão e a crítica acerca destas questões.

São objectivos do P.A.U.M.A. reconhecer o profissionalismo e qualidade do trabalho dos arquitectos que actuam na área do Município de Aveiro; contribuir para o fomento da qualidade dos espaços onde se desenrolam acções humanas; servir de incentivo ao conjunto de intervenientes na obra de arquitectura e/ou urbanismo; afirmar-se como um serviço à sociedade, porquanto os cidadãos são os destinatários últimos da obra de arquitectura; distinguir as melhores obras de raiz e/ou reabilitação decorridas no Município de Aveiro que pela sua concepção e correcção construtiva representam um contributo para a valorização e salvaguarda do património arquitectónico e urbanístico; e, por último, estender ao resto do país o modo de entender a arquitectura e urbanismo do concelho de Aveiro.

Lembramos que na primeira edição do P.A.U.M.A. o vencedor da melhor obra de Arquitectura Unifamiliar foi o aveirense Ricardo Vieira de Melo com um conjunto habitacional situado em Azenhas,

freguesia de Santa Joana. O prémio da obra de Qualidade Excepcional foi atribuído em ex aequo a Gonçalo Birne com a Reitoria da Universidade de Aveiro e aos Arquitectos Aires Mateus com a Cantina da Agra do Castro. Foi atribuída uma Menção Honrosa a Vitor Figueiredo com o Complexo Pedagógico, Científico e Pedagógico. A Câmara Municipal, por não estar previsto nas normas do prémio, decidiu atribuir o Prémio Incentivo a Mário Celso Cardoso com a obra da Casa Silva Rocha da Rua do Carmo, 12, Aveiro. – **Gab. Imp.CMA, texto e fotos**

## Regulamento de obras nas ruas visa prevenir acidentes

A Assembleia Municipal de Aveiro aprovou o Regulamento de Trabalhos e Obras na Via Pública, que visa assegurar a reposição de pavimentos e definir a responsabilidade por eventuais obras.

Aprovado com apenas uma abstenção, o documento pretende “disciplinar métodos e processos” nas intervenções que são feitas na via pública por diversas entidades e por obras particulares, segundo expôs o vereador Carlos Santos.

“Há intervenções que são feitas sem aviso e a reposição das ruas e passeios nem sempre é feita como deve ser, por vezes com consequências graves”, disse Carlos Santos.

O regulamento, elaborado ainda no anterior mandato, contém um conjunto de normas sobre a sinalização das obras e condições de execução, procurando articular as intervenções públicas e privadas sobre as vias.

A definição de responsabilidades em caso de acidentes provocados pelo desrespeito das condições estabelecidas é outra das preocupações que o regulamento reflecte.

Carlos Santos salientou ainda a importância do regulamento para reduzir os incómodos e prejuízos que as obras por vezes causam aos cidadãos e aos municípios.

O porta-voz da bancada do PS, Carlos Candal, reconheceu a necessidade de disciplinar essas intervenções, referindo que, enquanto

advogado, deparou diversas vezes com acidentes resultantes da abertura de valas nas ruas, por vezes com consequências mortais.

A Assembleia Municipal elegeu ainda para seu representante no conselho consultivo do Teatro Aveirense o deputado municipal Paulo Anes, proposto pela maioria CDS/PSD, sendo o único candidato apresentado.

## Nova imagem do município resultado do estudo “Marca Aveiro” realizado internamente

Atendendo às diferentes características da cidade, os pontos fortes e fracos do ambiente interno, as oportunidades e ameaças do ambiente externo, pretende-se projectar uma “Marca Aveiro” única e que se enquadre nos valores mais importantes para a cidade, tendo desde já apresentado o novo logótipo que concentra vários elementos caracterizadores de Aveiro: moliceiro, água, cor e inovação.

Jorge Greno, vereador da Câmara Municipal de Aveiro responsável pelo Pelouro do Turismo, considerando “incontornável a importância turística de Aveiro e da região, foi criada uma imagem de marca onde a ria, os seus elementos tivessem destaque”.

Aveiro é uma cidade água onde o reflexo é uma permanente, onde a luminosidade se expande em todos os seus nichos. O barco moliceiro é um dos símbolos definidores da Ria de Aveiro e da própria cidade permitindo, este, uma leitura fácil e imediata. Por fim, destacamos a Universidade que lançou uma cidade jovem, inovadora e com capacidade centralizadora de uma urbanidade alargada.

O Município de Aveiro irá adoptar a nova imagem nos seus suportes de comunicação interna e externa. O novo logótipo será apresentado pela primeira vez na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa que irá realizar-se de 24 a 28 de Janeiro, na FIL– Lisboa. – **Gab. Im. CMA**



Notícias de Coimbra

## Co-incineração: aprovada postura proibindo transporte de resíduos

A Assembleia Municipal de Coimbra aprovou uma postura de trânsito na Freguesia de Souselas, que proíbe e condiciona o transporte de mercadorias e resíduos perigosos nas vias de jurisdição municipal.

Aprovada no âmbito da rejeição da autarquia ao processo de co-incineração de resíduos perigosos na cimenteira de Souselas e visando impedir o acesso destes materiais à fábrica, a postura teve os votos favoráveis da maioria PSD-PP-P PM e dos deputados municipais da CDU e do Bloco de Esquerda (BE), mas foi recusada pelo PS, com o socialista Vassalo de Abreu a considerar que a iniciativa “dá uma imagem paroquial, provinciana e feudal de Coimbra”.

Em resposta, o presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, o antigo eurodeputado Manuel Porto (PSD), rebateu, afirmando preferir ser apelidado de “provinciano ou paroquial” do que acusado de não defender os interesses da população.

“É preciso que o poder dos verdadeiros senhores feudais (Governo) não seja ilimitado”, sustentou, por seu turno, o deputado do BE Serafim Duarte, ao apontar para a necessidade de se realizar um novo estudo do impacto ambiental.

A postura fora já aprovada, em Agosto do ano passado, pelo Executivo camarário de Coimbra, por iniciativa do presidente da autarquia, o social-democrata Carlos Encarnação.

Na reunião foram também aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2007, com os votos contra do PS, CDU e BE.

Uma matéria que suscitou uma viva polémica no final da reunião foi a Carta Educativa concelhia, acabando a Assembleia por aprovar o documento.

**“Seria extraordinário” recuperar o centro da cidade em 10 anos, afirmou o Presidente da Câmara**

O presidente da Câmara de Coimbra, Carlos Encarnação, considerou que a autarquia realizará “uma tarefa extraordinária” se conseguir recuperar o centro histórico

da cidade na próxima década.

“Se conseguirmos em 10 anos recuperar o centro histórico, conseguiríamos uma tarefa extraordinária”, afirmou o autarca social-democrata, numa das reuniões quinzenais do executivo.

Aludindo ao actual estado de



degradação da Alta e da Baixa da cidade, que a Câmara está a recuperar há cinco anos, desde que o autarca foi eleito para um primeiro mandato como presidente da câmara municipal, Carlos Encarnação sublinhou que a maioria dos proprietários dos prédios do centro histórico “são muito idosos e com poucos recursos económicos”.

O social-democrata, eleito pela coligação “Por Coimbra” (PSD-CDS-PPM), responsabilizou os sucessivos governos pela falta de políticas que permitissem intervenções globais na reabilitação dos centros históricos das principais cidades do país, incluindo Coimbra.

A cidade, nas últimas décadas, não teve “intervenções organizadas” que evitassem o actual estado da área antiga da cidade, onde em Dezembro, na Baixa, ruíram dois prédios habitados, que acolhiam actividades comerciais no rés-do-chão, uma situação que tem vindo a repetir-se com alguma frequência.

Segundo Carlos Encarnação, a Metro Mondego (MM) chegou a acordo, no domingo, com quatro famílias e um comerciante da Baixa para assegurar a sua saída e realojamento, permitindo que a empresa de capitais públicos avance, na próxima semana, com as demolições do canal destinado à passagem do futuro metro.

“Os contratos com as pessoas já foram assinados”, revelou, esclarecendo que este processo é da responsabilidade da MM, que dispõe de meios financeiros para o efeito,

incluindo as despesas de realojamento e indemnizações.

A Câmara de Coimbra anunciou a situação de alerta numa zona da Baixa de Coimbra, para prevenir os riscos que as demolições iminentes de prédios pela MM poderiam causar nos imóveis vizinhos.

O vereador do pelouro da Protecção Civil da Câmara de Coimbra, Álvaro Seco, esclareceu que a segurança das pessoas foi “a primeira preocupação” da autarquia ao declarar a situação de alerta.

“A nossa primeira preocupação foi com a segurança das pessoas.

Hoje em dia, há uma grande sensibilidade para estas questões, o que leva a que a Câmara seja muito rigorosa na tomada de medidas de segurança”, disse o autarca.

Moradores e comerciantes da zona, nomeadamente da rua Direita, foram avisados pelas autoridades da situação de alerta, tendo também sido iniciado o processo de notificação dos residentes que teriam de abandonar as respectivas casas em 48 horas, o que motivou alguma indignação.

“É uma inevitabilidade [o abandono temporário das casas], mas causa transtorno às pessoas”, pois “grande parte das pessoas que protestou [não tinha nada a ver com a questão]”.

“As pessoas vão receber uma importância que lhes permite ou alugar uma casa ou ir para casa de um familiar e comprometem-se a deixar os prédios até ao dia 15”, acrescentou o vereador do pelouro

A solução apresentada inicialmente consistia no alojamento em pensões na Baixa.

Os trabalhos de demolição já iniciados sábado, com intervenções em imóveis em ruínas para permitir o acesso de máquinas, e que deveriam ser retomados hoje, só prosseguirão

após o dia 15.

A reabilitação urbana deve travar instalação de serviços públicos, afirma Carlos Encarnação

O presidente da Câmara Carlos Encarnação, defendeu que a reabilitação do centro histórico da cidade deve incentivar o regresso dos habitantes e contrariar a tendência de instalação de serviços públicos na zona.

“O nosso grande objectivo é voltar a habitar o centro de Coimbra. Mas nunca mais só encher o centro histórico de serviços públicos”, disse o autarca.

Carlos Encarnação falava nos Paços do Concelho, na abertura da 10ª Visita Técnica e da 8ª Sessão Técnica da Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional (Grupo Habitar), subordinada ao tema “Requalificar e habitar uma cidade amigável”.

O autarca social-democrata aludia à implantação de serviços do Estado na zona antiga da cidade, sobretudo na Alta, onde a Universidade de Coimbra, mas também a Câmara Municipal, criaram novas dependências nos últimos 25 anos, acentuando a crescente desertificação da zona, com uma área de 545 hectares.

Na opinião de Carlos Encarnação, instalar mais serviços públicos no centro histórico “significa que à noite esta parte da cidade é um deserto”.

Este problema já tinha sido amplamente criticado nos anos 80, designadamente no I Encontro da Alta de Coimbra, promovido pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), então presidido por Mário Nunes, hoje vereador da Cultura da câmara local, eleito pela coligação “Por Coimbra” (PSD-CDS-PPM).

O autarca realçou os avanços registados nos últimos anos na reabilitação urbana, por iniciativa do Gabinete para o Centro Histórico da autarquia, promovendo a reconstrução de imóveis públicos e privados, o que tem potenciado a recuperação global do centro histórico, que abrange as duas margens do rio Mondego, designadamente as freguesias de Almedina, S. Bartolomeu, Santa Cruz e Sé Nova, além de Santa Clara, esta na margem esquerda.

“Conseguimos recuperar e vender a preços controlados, segundo as regras do Instituto Nacional de Habitação”, disse Carlos Encarnação, frisando que a Câmara Municipal “tem tido algum sucesso naquilo que está a fazer”. – Fonte: CMC/Lusa

Notícias de Lisboa

## “Lisboa À Prova” estabeleceu a hierarquia dos melhores restaurantes da Cidade

No dia 13 de Janeiro, o “Lisboa À Prova – Concurso Gastronómico 2006” abriu as portas da Cordoaria Nacional ao grande público, para experimentar os sabores dos melhores restaurantes de Lisboa, no evento que marca o encerramento deste concurso e que pôs ao rubro a gastronomia da capital portuguesa em 2006.

Os 30 finalistas deste concurso gastronómico foram considerados e avaliados de entre os concorrentes como sendo os melhores restaurantes de Lisboa por um júri anónimo. Este júri era composto por profissionais ligados ao sector da restauração e foram tidos em conta vários critérios de avaliação abrangentes que incluem, por exemplo, sabor, genuinidade, criatividade, atendimento, serviços e instalações.

Nesta ocasião final, foram também conhecidos os três Restaurantes preferidos do público. Através de uma simples chamada telefónica, o grande público também votou no restaurante de sua preferência. As receitas das chamadas foram doadas à ENTRAJUDA, uma instituição que se propõe apoiar instituições de solidariedade social nas áreas da gestão e da organização, fazendo a “ponte entre quem quer dar e quem precisa de receber”.

Assim, para além da atribuição de um prémio especial do público, esta iniciativa permitiu conferir uma vertente social ao “Lisboa à Prova”.

Lançado no início de Junho pela Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a ARESP – Associação da Restauração e Similares de Portugal, este concurso culminou com a criação do primeiro Guia Gastronómico da cidade, com a primeira edição prevista para 2007.

Após sete meses de competição, em que participaram 250 estabelecimentos, o “Lisboa À Prova – Concurso Gastronómico 2006”, divulgou os melhores restaurantes junto dos turistas nacionais e estrangeiros que visitaram a capital portuguesa.

O “Lisboa à Prova – Concurso Gastronómico 2006” contou com patrocínio da ViniPortugal e da Sagres Bohemia, e com os apoios da Rádio Renascença, Turismo de Lisboa, 3D Lisboa, AR Telecom e Blue Cooking.

### Os melhores ‘garfos’ da capital

No dia 13 de Janeiro, foram divulgados os resultados. Sendo atribuída a distinção máxima de ‘Três Garfos’ a nove restaurantes: Eleven, Galeria Gemelli, Luca, Na Ordem com... Luís Suspiro, O Poleiro, Pragma, Valle-Flôr, Terreiro do Paço e Varanda.

Foram também premiados com ‘Dois Garfos’ vinte e um restaurantes, e outros trinta premiados com ‘Um Garfo’.

O público também participou, elegendo, através de votação telefónica, os seus favoritos. Em primeiro lugar ficou o Solar dos Nunes, seguindo-se do Espírito dos Tachos, e em terceiro lugar, O Poleiro.

Para Carmona Rodrigues, esta competição gastronómica representa “mais uma grande prova da vitalidade da cidade de Lisboa”.

Fontão de Carvalho, vice-presidente da autarquia, considera que os objectivos do concurso foram atingidos: “pretendíamos a valorização do sector da restauração na cidade de Lisboa enquanto atracção turística, bem como motivar os restaurantes de Lisboa a melhorar o seu serviço”, afirmou.

No mesmo dia em que ficaram a ser conhecidos os grandes vencedores, os participantes do “Lisboa À Prova” puderam mostrar ao público os melhores sabores de Lisboa, no evento que marcou o encerramento deste concurso.

### Quinta dos Lilases reabre após requalificação

A Quinta dos Lilases, no Lumiar, reabriu ao público no dia 15 de Janeiro em cerimónia que contou com a presença do presidente da autarquia, Carmona Rodrigues, e do vereador do Ambiente e Espaços Verdes, António Prôa. No decorrer da visita ao jardim, foi descerrada a placa alusiva à conclusão das obras de requalificação daquela zona verde.

Para Carmona Rodrigues, “este é mais um passo na requalificação das zonas verdes da cidade, especialmente na zona do Lumiar, que tem sido privilegiada nesse sentido”. De acordo com o autarca, “este é um grande dia para a cidade de Lisboa”, já que este jardim, em conjunto com a Quinta das Conchas, formam a terceira mancha verde da capital.

Datada do século XIX e com 4,5 hectares, a Quinta dos Lilases reabre após um ano de intervenções profundas ao nível do património cultural e histórico, da vegetação, do sistema hidráulico, dos muros originais que a delimitam, entres outros aspectos. As obras da Quinta dos Lilases foram realizadas no âmbito da revitalização da Quinta das Conchas, inaugurada em 2005.

Este “complemento” da Quinta das Conchas, como lhe chama Carmona Rodrigues, teve sempre características diferentes dos outros espaços verdes, contando, por exemplo, com um sistema de rega “muito bem desenhado”. “Há neste espaço todo um historial que desde logo se devia e convinha preservar, valorizando-o, assim, para usufruto da população”, adiantou o presidente da autarquia.

As Quintas das Conchas e dos Lilases são dois dos mais importantes espaços verdes da cidade. A degradação da Quinta das Conchas tornou imperativa a requalificação da mata e a renovação da quinta, dotando-a também de infra-estruturas e equipamentos. Há muito que a Quinta dos Lilases também necessitava de ser recuperada, de forma a ser devolvida aos munícipes e reposta a sua dignidade enquanto espaço histórico que é. Esta intervenção manteve a tipologia e a morfologia do jardim histórico.

Segundo o vereador António Prôa, “este jardim não via trabalhos de requalificação ou intervenções de fundo desde a sua aquisição, há 40 anos atrás. Agora, naquele que era um antigo jardim romântico, procurou-se recuperar os caminhos e a iluminação, entre outros.”

A obra de requalificação dos 4,5 hectares da Quinta, com um custo total de 1,6 milhões de euros, contemplou a valorização e conservação dos sistemas e elementos estruturantes da Quinta e visa a perpetuação da essência cultural e social do espaço e a recuperação de um coberto vegetal que promova a biodiversidade. –

### Campanha “Um funcionário, um brinquedo” recolhe mais de 700 presentes para crianças de várias instituições

O presidente da autarquia, Carmona Rodrigues, entregou pessoalmente os 776 brinquedos doados pelos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa às quatro instituições escolhidas pelo seu trabalho de apoio às crianças.

A campanha, que decorreu por iniciativa do presidente e foi lançada através da CML revista, uma revista de informação interna da autarquia, previa que fossem destinatárias dos presentes as instituições que se mostrassem interessadas na oferta, em número proporcional aos brinquedos recolhidos.

Ajuda de Mãe, Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa (APPDCM), Fundação Portuguesa de Apoio à Criança e Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro (ACREDITAR), foram as quatro instituições que se fizeram representar no acto de entrega dos brinquedos, decorrido nas instalações municipais do Figo Maduro.

A representar a Ajuda de Mãe, esteve a sua presidente da direcção, Madalena Teixeira Duarte, a quem foram entregues 247 brinquedos. Da direcção da APPDCM esteve presente João Carlos Dias e Jorge Faustino, um dos utentes da Associação, que recolheram 254 brinquedos. Outros 235 foram doados à Fundação de Apoio à Criança, tendo a ACREDITAR recebido 40 brinquedos novos, recolhidos pela fundadora e governanta da Casa ACREDITAR, Ansfriede Zwaagstra.

Carmona Rodrigues mostrou-se bastante “contente por contribuir para momentos de felicidade” de várias crianças com esta iniciativa. “Esta é uma generosa dádiva dos funcionários, em boa hora promovida pela CML, que demonstra o grande espírito de solidariedade e disponibilidade de todos eles”, disse, deixando a promessa de que esta é uma iniciativa a repetir no futuro. © CML

### Manuel Maria Carrilho renuncia ao mandato de vereador na autarquia

No dia 10 deste mês foi conhecida a decisão do candidato derrotado e vereador socialista na Câmara de Lisboa, Manuel Maria Carrilho de renunciar ao mandato na autarquia lisboeta, alegando dificuldade de conciliação com as

suas funções enquanto deputado à Assembleia da República.

Em comunicado enviado à agência Lusa, o autarca socialista adianta que entregou ao presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues (PSD), “uma declaração de renúncia ao mandato de vereador”.

Na base da sua decisão está a falta de tempo para desempenhar o cargo na autarquia, sem pelouros e sem salário, já que é também deputado à Assembleia da República, onde além de ser vice-presidente do grupo parlamentar do PS, é ainda membro da Comissão de Assuntos Europeus.

A questão da ausência de Carrilho na autarquia já tinha merecido críticas do seu colega de bancada na vereação Nuno Gaioso Ribeiro, que em Outubro acusou o vereador de ter um comportamento político “irresponsável, ausente e displicente”.

Na sequência destas críticas, o PS retirou a confiança política a Gaioso Ribeiro, que fora eleito como número dois da lista socialista à autarquia.

O vereador socialista, Dias Baptista, vai assumir a liderança da bancada na Câmara de Lisboa, após a renúncia ao mandato de Manuel Maria Carrilho disse o líder PS/Lisboa, Miguel Coelho.

Para preencher a vaga resultante da saída de Manuel Maria Carrilho vai entrar Rui Paulo Figueiredo, actualmente assessor do gabinete do primeiro-ministro, José Sócrates, adiantou o presidente da concelhia de Lisboa do PS.

Rui Paulo Figueiredo, que integrava a lista do PS, não conseguiu ser eleito nas últimas eleições autárquicas.

Será Dias Baptista a assumir a liderança do PS na autarquia e não Nuno Gaioso Ribeiro, o número dois eleito nas autárquicas, a quem a concelhia do partido retirou a 2 de Novembro do ano passado a confiança política, depois de este ter acusado Manuel Maria Carrilho de ter na autarquia um comportamento político “irresponsável, ausente e displicente”.

O presidente da Câmara Carmona Rodrigues, afirmou compreender as razões invocadas pelo vereador Manuel Maria Carrilho para renunciar ao mandato na autarquia e destacou as “relações correctas e institucionais” que mantiveram.

“O vereador Manuel Maria Carrilho teve a atenção de comunicar esta decisão e eu compreendo as razões que invocou”, disse Carmona Rodrigues aos jornalistas, à entrada para a reunião pública do executivo municipal.

O autarca referiu que teve sempre com Manuel Maria Carrilho “relações correctas e institucionais”.

Em declarações à comunicação social, o vereador socialista Dias Baptista revelou que, “em princípio”, assumirá a liderança do grupo municipal do PS, sublinhando que essa decisão será tomada em reunião do grupo de vereadores.

## Vereadores deixam de acumular remuneração de gestores empresas municipais

A Câmara de Lisboa aprovou em reunião do executivo municipal, por unanimidade, a adopção da nova lei que impede os vereadores de acumularem remuneração por cargos de gestão nas empresas municipais.

Na sequência da revisão da lei das Finanças Locais, já promulgada pelo Presidente da República, Cavaco Silva, foram também criadas novas regras para as empresas municipais e regime de taxas a praticar pelas autarquias.

A 1 de Janeiro entrou em vigor o novo regime do sector empresarial local, que obriga as empresas municipais e intermunicipais a adaptarem os seus estatutos no prazo de dois anos.

O presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues, afirmou que a autarquia lisboeta entendeu “dar o exemplo” e adoptar já as novas regras.

“Não havia razões para esperar pelos dois anos, até porque isso seria já no final do mandato”, disse Carmona Rodrigues.

De acordo com a nova legislação é “proibido o exercício simultâneo de funções nas câmaras municipais e de funções remuneradas, a qualquer título, nas empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas”.

A vereadora da Mobilidade, Marina Ferreira (PSD), vai continuar a presidir à Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL), onde afluente actualmente um terço do valor do ordenado como vereadora na câmara mas vai deixar de receber essa remuneração.

O mesmo se passará com o vereador da Cultura, José Amaral Lopes (PSD), que é presidente do conselho de administração da EGEC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural.

As remunerações dos administradores das empresas municipais são limitadas ao índice remuneratório do presidente da respectiva câmara e quando de âmbito intermunicipal ou metropolitano ao índice remuneratório dos presidentes das Câmaras de Lisboa e do Porto.

Continua a ser a câmara a nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados e das empresas públicas municipais, assim como os representantes do município nos órgãos de outras empresas, cooperativas, fundações ou entidades em que o mesmo detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado.

Além da EMEL e da EGEC, a proposta hoje aprovada incide sobre os estatutos da EMARLIS (Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa), GEBALIS (Gestão dos Bairros Municipais) e Lisboa Ocidental - Sociedade de Reabilitação Urbana.

O representante do município nas assembleias-gerais da AMBELIS (Agência para a Modernização Económica de Lisboa), da Baixa Pombalina - Sociedade de Reabilitação Urbana e da SRU Oriental “diligenciará pela intervenção do correspondente órgão” na aplicação da lei, acrescenta a proposta. - **Fontes: Lusa, DN**

## Notícias do Porto

# Em visita ao Concelho de Paredes, deputados do PSD reclamam mais médicos, polícias e universidade

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito do Porto exigiram mais médicos, enfermeiros e militares da GNR em Paredes, bem como a instalação no concelho da Universidade do Vale do Sousa.

No final de uma visita ao concelho de Paredes, o coordenador dos deputados do PSD eleitos pelo Porto, Jorge Costa, afirmou Lusa que os sociais-democratas vão apresentar na Assembleia da República, requerimentos nas áreas da saúde, educação, acessibilidades, economia, emprego, formação profissional e segurança pública, todos relativos a Paredes.

“O concelho de Paredes regista uma grande falta de recursos na área da saúde. O número de enfermeiros por mil habitantes é de um quinto em relação à média nacional e o número de médicos um quarto”, disse Jorge Costa, acrescentando que um terço da população não tem médico de família.

O deputado disse que o PSD vai reclamar o reinício das obras nos centros de saúde de Gandra e Sabrosa e a abertura

de concurso público para a construção de um centro de saúde em Sobreira.

Na área da segurança, o PSD vai exigir ao Governo o reforço de militares da GNR nos postos de Paredes e Lordelo, dado que o concelho tem apenas “um agente por 1.371 habitantes, quando a média nacional é de um por mil”.

Na educação, os deputados do PSD vão questionar o Governo sobre “o que se passa com a Universidade do Vale do Sousa”, projecto aprovado pelo Governo anterior (PSD/CDS-PP), mas que ainda não foi implementado.

Os sociais-democratas querem também que o Ministério da Educação acompanhe o esforço da Câmara de Paredes, que aprovou um investimento de 100 milhões de euros nos próximos 10 anos, para cumprimento dos objectivos da Carta Educativa do concelho.

“Sessenta por cento dos alunos do concelho de Paredes não concluem o ensino obrigatório”, salientou Jorge Costa.

O PSD vai reclamar também a instalação de um centro de emprego em

Paredes e a rápida adjudicação da Concessão Douro Litoral, conjunto de obras viárias lançadas em concurso público há dois anos. - **CPD/Porto**

Pelouro da Cultura do Porto promove incentivos à leitura

Que tipo de livros devo aconselhar ao meu filho? O meu filho não gosta de ler, como devo proceder? Como devo fazer a abordagem à leitura? Estas são apenas algumas das muitas questões às quais a 2ª fase do projecto «Para que os Meus Filhos Gostem de Ler» está a procurar responder, através de um conjunto de cinco sessões que decorrerão até Maio, na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no âmbito das actividades promovidas pelo Pelouro da Cultura da CMP.

Trata-se de uma iniciativa inovadora subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e destinada a pais e filhos entre os 6 e 12 anos.

O objectivo é proporcionar orientação teórica e prática aos pais na criação de incentivos e hábitos de leitura nos filhos,

através da criação de situações reais, experimentais e interactivas entre todos os participantes.

As próximas cinco sessões integram uma primeira parte com esclarecimentos a pais e educadores e uma segunda com oficinas destinadas à participação conjunta de pais e filhos.

A próxima sessão realiza-se no próximo dia 27 com a participação de Isabel Alçada, Comissária do Plano Nacional de Leitura.

As sessões seguintes serão orientadas por Isabel Margarida Duarte (10 de Fevereiro), Luísa Dacosta (10 de Março), João Paulo Seara Cardoso (28 de Abril) e António Mota/João Paulo Caetano (26 de Maio).

A participação é livre e gratuita, sendo apenas necessário proceder à inscrição prévia para as oficinas.

Recorde-se que a CMP tem em marcha o projecto «Porto a Ler», com o qual aderiu ao Plano Nacional de Leitura, tendo mesmo sido uma das primeiras autarquias a fazê-lo. - **Gab. Imp. CMP**



## JSD Algarve - Curso de Medicina debatido na Assembleia da República

Cristóvão Norte responde a deputados socialistas algarvios...

Na passada Sexta-Feira, dia 5 de Janeiro, realizou-se em sessão plenária da Assembleia da República, o debate sobre a petição “Curso de Medicina Já”, apresentada pela JSD Algarve, que reuniu cerca de 9.500 assinaturas. Recorde-se que o resultado desta iniciativa lançada pelos jovens social-democratas algarvios já tinha sido entregue ao Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, em Julho e que os peticionários já tinham sido ouvidos pela Comissão de Ciência, Educação e Cultura,

aproveitando a ocasião para expor circunstanciadamente os motivos da sua pretensão.

Instado a pronunciar-se sobre o debate que teve lugar na Assembleia da República, Cristóvão Norte, primeiro subscritor da petição e ex-líder da JSD Algarve reconhece que “o tempo dispensado à discussão – dois minutos e meio para cada grupo parlamentar – é um atentado às legítimas expectativas dos subscritores e o símbolo do embuste democrático que corrói a Assembleia da República”. Ressalva, contudo, que a petição foi “indiscutivelmente apoiada pelas posições do PSD

(Mendes Bota), CDS-PP (Abel Baptista), PCP (Bernardino Soares) e BE (João Semedo), reproduzindo o consenso que felizmente havíamos constatado no Algarve”.

Porém, sublinha de forma cáustica “a «ausência» do PS no debate, que teve como corolário uma angustiante intervenção do deputado Hugo Nunes”. A este propósito, Cristóvão Norte, refutando as críticas de que foi objecto a petição por parte do PS, deixa a seguinte interrogação “se a petição é despropositada e extemporânea, como foi classificada por Hugo Nunes, porque é que o PS a votou por unanimidade, ao lado do BE, do PSD e da CDU, na Assembleia Metropolitana (AMAL), e em todas as assembleias municipais da região, sem excepção, em que foi apresentada?”. Cristóvão Norte ironiza “parece que o senhor deputado gosta, sozinho, de combater moinhos de vento” e que “felizmente, os seus camaradas algarvios actuam de maneira diferente”. Remata afirmando que “a religião dos deputados do PS pelo Algarve é o PS, não é o Algarve”, e exemplifica com a posição tomada aquando da votação da Lei das Finanças Locais em que

quinze dos dezasseis municípios algarvios vão ser severamente prejudicados.

Cristóvão Norte adverte que “esta é inequivocamente uma causa que deve congrega as energias regionais”, lançando o apelo para que “não nos deixemos guiar pela ânsia de protagonismo fácil, porque estamos perante uma batalha que a Universidade do Algarve já trava há oito anos” e esclarece que “à Universidade do Algarve compete reunir as condições técnico-pedagógicas para que o curso possa ser ministrado, mas aos partidos e dirigentes políticos impõe-se uma actuação concertada para que se consiga sensibilizar o governo, independentemente da sua cor política”.

Em jeito de conclusão, Cristóvão Norte sustenta que “do ponto de vista político, esta petição recolocou o assunto na agenda, mas agora que estamos numa fase crucial devem-se multiplicar as manifestações favoráveis à criação do curso de medicina no Algarve”, afirmando-se confiante quanto à concretização deste projecto, já no decurso desta legislatura.

## CNES elege novos órgãos distritais em Braga

No passado dia 22 de Dezembro de 2007, pelas 15h o Coordenador Nacional da JSD para o Ensino Superior, Carlos Franco, deslocou-se a Braga com o objectivo de realizar eleições para os órgãos distritais relativos ao Ensino Superior.

A mesa do Plenário Académico Distrital de Braga apresentada era composta pelos companheiros João Carvalho, Pedro Oliveira e Luís Magalhães e André Miranda.

A equipa Coordenadora Académica Distrital proposta a aprovação pelo Coordenador Académico Distrital, e elemento da Coordenadora Nacional, Miguel Araújo, era constituída pelos companheiros Eduardo Rodrigues, Edgar Gonçalves, e Ana Ribeiro.

As linhas gerais de actuação apresentadas para a Coordenadora Académica Distrital segundo o seu Coordenador, Miguel Araújo foram as seguintes:

- Consideramos e defenderemos que uma aposta estratégica na Educação significa uma aposta séria, credível e consistente no futuro de Portugal.
- Assumimos que a Declaração de Bolonha é uma das peças fundamentais do puzzle do Ensino Superior em Portugal. Neste sentido, tudo faremos para esclarecer os novos alunos sobre Bolonha. Bem como estaremos sempre atentos à implementação deste modelo no Ensino Superior.
- Defendemos a avaliação pedagógica dos docentes ao longo da carreira, bem como a revisão do estatuto da carreira de docente.
- Defenderemos uma Acção Social eficaz de acordo com a necessidade dos alunos.
- Defendemos a criação de uma Agência de Acreditação.
- Iremos fomentar a criação de Núcleos de Estudantes Social-Democratas.
- Pretendemos manter um diálogo permanente com os dirigentes associativos da JSD, facultando-lhes documentação e apoio se necessário.
- Realizaremos acções de formação para os dirigentes associativos.

Encerrado o período eleitoral, a Mesa Académica foi eleita, a proposta de Equipa Coordenadora aprovada, e logo de seguida realizou-se uma reunião de trabalho do Coordenador Nacional com o Presidente da Comissão Política Distrital, Filipe Marinho e os órgãos distritais para o Ensino Superior eleitos.

### Comunicado JSD Mafra

Ano novo, vida nova! É com este lema que a JSD Mafra entra no ano de 2007.

A Comissão Política Concelhia pretende manter o seu dinamismo e a sua capacidade empreendedora e, acima de tudo, continuar a trabalhar em prol da juventude mafrense.

O novo ano trouxe o novo site da Juventude Social-Democrata Mafrense ([www.jsdmafra.com](http://www.jsdmafra.com)).

Criado inteiramente por membros da JSD Mafra, o novo site pretende, mais do que nunca, tornar-se um elo de ligação eficaz entre os militantes e a Comissão Política Concelhia.

Com uma imagem rejuvenescida, o novo site disponibiliza mais informação para o visitante, que facilmente poderá consultar a “agenda” na qual encontrará informação sobre as diversas actividades da JSD Mafra e do PSD Mafra.

Na secção “documentos”, é possível fazer o download de diversos documentos elaborados pela JSD, desde flyers de campanhas a manuais elaborados pela Comissão Política.

O visitante poderá ler facilmente as últimas notícias sobre a estrutura da JSD Mafra, tornar-se militante da Juventude Social Democrata ou ver as galerias de fotografia dos eventos promovidos, entre muitas outras possibilidades que o novo site lhe oferece.

Presentemente, o site dispõe de uma área de votações sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez que, apesar de ser uma inovação, conta já com um elevado número de votantes.

Com a criação do novo site, a Comissão Política espera aumentar a participação de todos junto da actual estrutura, dessa forma potenciando um dinamismo cada vez maior.

Contamos com todos. Podem contar connosco.



## ALMADA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada do PSD, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2007, pelas 21h00 na Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro, sita na Rua Capitão Leitão, nº 79, em Almada, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
  2. Aprovação das contas de 2006;
  3. Análise da situação política;
  4. Outros assuntos de interesse partidário.

## AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 26 de Janeiro (sexta-feira), na Junta de Freguesia de Manique do Intendente, em Manique do Intendente, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação do Relatório e Contas relativo ao ano de 2006
2. Análise da situação política
3. Informações

## BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Aprovação das contas de 2006;
  2. Análise da situação política.

## CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 2 de Fevereiro de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte ordem de Trabalhos:

- Ponto um: Aprovação das contas da CPS – respeitantes a 2006;
- Ponto dois: Análise da situação política;
- Ponto três: Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para

que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

## GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD/Guarda a reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, no Salão da Junta de Freguesia de S. Miguel, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Análise da situação político-partidária;
  2. Informações.

## LOURES

Ao abrigo do artigo 50º, nº 2, alínea d), dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, na sede, sita no Parque Residencial do Almirante, Largo Tristão Vaz Teixeira, nº 5C, lote 15, Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2006;
  2. Aprovação do orçamento para o ano de 2007.

## MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos a reunir em Assembleia Ordinária, no próximo dia 27 de Fevereiro de 2007, às 21h00, na sede da Secção, com a seguinte ordem de trabalhos

1. Discussão e aprovação de contas de 2006 e plano de actividades para 2007;
2. 30 minutos de análise da situação político-partidária.

## MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma Assembleia de Secção Ordinária, a realizar no próximo dia 6 de Fevereiro de 2007, na nossa sede na Praça da República, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto um: Apresentação e votação do relatório de contas do ano de 2006;
- Ponto dois: Análise da situação política local;
- Ponto três: Assuntos diversos.

## SECÇÃO G

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção G de Lisboa do PSD, para uma Assembleia de Secção a realizar na sede da Secção G, na Rua do Lumiar 65-A, no

próximo dia 7 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
  2. Apreciação e votação das contas de 2006;
  3. Apreciação e votação do Orçamento de 2007;
  4. Análise da situação política.

## SECÇÃO ORIENTAL

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário da Secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira), pelas 21h00, na sede da Secção Oriental, sita na Rua Manuel dos Santos, lote 21 A – sub/cave, Lisboa, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Análise e aprovação das contas de 2006 do PSD a nível da secção;
  2. Análise e aprovação do orçamento de 2007 do PSD a nível da secção.
  3. Análise e aprovação do plano de actividades para 2007 do PSD a nível da secção.
  4. Análise da situação político-partidária.

## SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD de Seixal, para uma reunião, no dia 9 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos.

1. Apresentação, discussão e aprovação do relatório de contas de 2006;
2. Análise da situação Político-partidária;
3. Outros assuntos.

## SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Sesimbra, para uma Assembleia Ordinária a reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2007, sexta-feira, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua da República, nº 20 – 1º esq, em Sesimbra, com a seguinte ordem de trabalhos

- Ponto um: Apresentação e votação das contas anuais da Secção respeitantes a 2006;
- Ponto dois: Informações e análise da situação político-partidária concelhia e nacional

## TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os

militantes da Secção da Trofa para reunirem em Plenário de Secção, no próximo dia 2 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, no Auditório da Junta de Freguesia de Santiago de Bougado, na Trofa, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1. Aprovação das Contas de 2006;
  2. Plano de actividades e Orçamento de 2007;
  3. Análise da situação política;
  4. Outros assuntos de interesse para o partido.

## VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Valongo, para reunir no dia 16 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira) às 19h00, na sede da Secção, sita À Rua Rodrigues de Freitas, 870 – Ermesinde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Valongo.

### NOTAS:

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As candidaturas terão de ser entregues na sede distrital, sita à Rua Guerra Junqueiro, 64, Porto, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

De acordo com o acórdão do Conselho de Jurisdição Nacional, o caderno eleitoral a utilizar neste acto eleitoral será o mesmo do passado dia 17.11.2006.

## VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário concelhio do PSD de Viana do Castelo, nos termos previstos nos estatutos e regulamento interno, para uma Assembleia ordinária, a realizar no próximo dia 9 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, no Hotel Viana do Sol em Viana do Castelo, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Informações;
  - Análise da situação política.

## VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no dia 26 de Janeiro de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua da Boavista, nº 11 – Vila Real, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Apreciar e deliberar sobre as contas da secção relativas ao ano de 2006;
  2. Apreciar e deliberar sobre o orçamento da secção para 2007;
  3. Análise da situação política.



## I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD DE 2007

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário da JSD de 2007, para reunir no próximo dia 27 de Janeiro, Sábado, pelas 15 horas, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito na Antiga Estação da CP, em Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Ordem do Dia:
  - Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento do XIX Congresso Nacional da JSD;
  - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Contas de 2006;
- 3 – Análise da Situação Política.

A Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD  
(Ana Zita Gomes)

## FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Faro, para reunir em sessão ordinária, no dia 9 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD, sito na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Drº, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;
  - 2 – Informações Diversas;
  - 3 – Plano de Actividades da JSD/Faro;
  - 4 – Análise da Situação Política;
  - 5 – Outros Assuntos.
- O Presidente da Mesa do Plenário  
(João Tiago Louzeiro)

## FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Militantes da Secção de Fundão da Juventude Social Democrata, para reunir no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, na sede da Secção, sito na Rua Conde de Idanha-a-Nova, Edifício Acrópole, Piso 1, Loja 1, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
  - 2- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes
- Notas:  
- As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 22h30.

- As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem, estatutariamente, a substitua, na sede da Secção até as 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Congresso  
(Ana Zita Gomes)

## IDANHA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Militantes da Secção de Idanha-a-Nova da Juventude Social Democrata, para reunir no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 18h00, na sede da Secção, sito na Travessa da Nossa Senhora do Rosário, 10, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
  - 2- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes
- Notas:  
- As urnas estarão abertas entre as 18h30 e as 19h30.  
- As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem, estatutariamente, a substitua, na sede da Secção até as 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Congresso  
(Ana Zita Gomes)

## NÚCLEO DO CAMPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, a Mesa de Assembleia da Secção de Viseu da JSD convoca o Plenário do Núcleo do Campo da JSD, para uma reunião a realizar no dia 24 de Fevereiro de 2007, pelas 21 horas, na Junta de Freguesia do Campo, sito na Rua da Liberdade, Vila Nova do Campo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa e da Comissão Política do Núcleo do Campo da JSD Viseu.

Nota:  
As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, e devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos. As urnas encontram-se abertas das 21 horas às 22h30.

O Presidente da Mesa do Plenário  
(Pedro Carvalho Ruas)

## PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Militantes da Secção de Proença-a-Nova da Juventude Social Democrata, para reunir no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 15h00, na

sede da Secção, sito na Rua do Vale, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes

Notas:  
- As urnas estarão abertas entre as 15h30 e as 16h30.

- As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem, estatutariamente, a substitua, na sede da Secção até as 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Congresso  
(Ana Zita Gomes)

## PONTE DE SÔR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Militantes da Secção de Ponte de Sôr da Juventude Social Democrata, para reunir no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 15h00, na sede da Secção, sito na Travessa Projectada à Rua João de Deus, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes

Notas:  
- As urnas estarão abertas entre as 15h30 e as 16h30.

- As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem, estatutariamente, a substitua, na sede da Secção até as 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Congresso  
(Ana Zita Gomes)

## CRATO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Militantes da Secção do Crato da Juventude Social Democrata, para reunir no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 18h00, na sede da Secção, sito em Antigos Celeiros da EPAC, R. 25 de Abril, Tapada da Câmara, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes

Notas:  
- As urnas estarão abertas entre as 18h30 e as 19h30.

- As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem, estatutariamente, a substitua, na sede da Secção até as 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Congresso  
(Ana Zita Gomes)

## FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Militantes da Secção de Fronteira da Juventude Social Democrata, para reunir no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, na sede da Secção, sito na Rua dos Trigueiros, 69, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes

Notas:  
- As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 22h30.

- As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem, estatutariamente, a substitua, na sede da Secção até as 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Congresso  
(Ana Zita Gomes)

## CONVOCATÓRIA - ERRATA

Por lapso foi enviada uma convocatória para o Plenário da Assembleia Distrital de Lisboa, com a morada errada, assim solicito a publicação desta alteração. A ordem de trabalhos está correcta.

Onde se lê:

“Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Assembleia Distrital de Lisboa, para reunir extraordinariamente no próximo dia 19 de Janeiro de 2007, pelas 22h00, no Hotel Real Parque, Av. Luis Bivar, 67, com a seguinte ordem de trabalhos:”

Deve-se ler:

“Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Assembleia Distrital de Lisboa, para reunir extraordinariamente no próximo dia 19 de Janeiro de 2007, pelas 22h00, no Hotel Real Palácio, Rua Tomás Ribeiro, 115, com a seguinte ordem de trabalhos:”

Lisboa, 11 de Janeiro de 2007  
O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital  
(Luís Newton)